

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof.^a Dr.^a Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIV - Nº 146

ISSN-0101-4919

ABRIL/JUNHO/1992

SUMÁRIO

Artigos

- Reconhecimento geográfico para a interiorização da Capital
Federal..... 75
Odilon Nogueira de Matos
- Resumo de informações úteis para emigrantes ao sul do
Brasil, referindo-se particularmente às colônias de Dona
Francisca e Blumenau..... 79
- Influência da "Paulista" no desenvolvimento urbano de Rio
Claro 96
Liliana Bueno dos Reis Garcia
- Teófilo Otoni e a Revolução Liberal 103
Waldemar de Almeida Barbosa

A conquista do poder pela burguesia	105
Norma Felicidade L. da Silva	
Houve "revolução" no Brasil durante a "República Velha"?	108
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Kipling e o Brasil	110
Duffio Battistoni Filho	
Registro Bibliográfico	119
Periódicos	123
Memória Campineira	125
Saudosismo campineiro (Paulo Pompeu)	
Textos (sugestões para seminários)	
Manifesto separatista de Campanha	127
Relações de Carlos Magno com outros reis (Einhardi)	130
Vultos da Historiografia Brasileira	
Rocha Pita	132
Seleta	
Palmares (Rocha Pita)	139
Rabiscos de um escrevinhador	
Recordação poços-caldense	143
Holandês que deixou saudades	145
"Brasiliana", nº 200	146
Almir de Andrade	147
Honrosa Despedida	148
"Encore um livre sur le Brésil"	150
Odilon Nogueira de Matos	

RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO PARA A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL FEDERAL

Odilon Nogueira de MATOS

A primeira Constituição republicana (1891), logo em seu artigo terceiro, dispunha sobre a mudança da capital do país para o interior: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”. A Primeira República chegou ao fim sem que a disposição se concretizasse. A única coisa que nos fazia pensar no dispositivo constitucional era um retângulo no Estado de Goiás, que aparecia em todos os mapas do Brasil, assinalando o “Futuro Distrito Federal”. Ou então, como em certa época, a mais desenfreada especulação por parte de vendedores de terras na “futura Capital”. Provavelmente vendeu-se muito mais que os quatorze mil quilômetros fixados pela Constituição...

A carta-magna de 1934 manteve o dispositivo da de 1891, porém duma maneira menos precisa: “Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil”. E acrescentava que o Presidente da República nomearia uma comissão para proceder ao estudo das várias localidades adequadas à instalação da Capital.

A carta de 1937 não tocou no assunto a não ser de maneira indireta, pois em seu artigo sétimo referia-se “ao atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República”. Ora, o “enquanto” dá a entender que um dia ele poderia deixar de sê-lo. Mas, silenciou quando ao problema da transferência.

O assunto foi retomado pela Constituição de 1946, que, no artigo quarto das Disposições Transitórias, dizia que, dentro de sessenta dias, a partir da promulgação da Constituição, o Presidente da República nomearia uma “comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital”. Feitos os estudos necessários, o resto

é do domínio público. A vontade do Presidente Juscelino Kubitschek tornou realidade aquilo com que se vinha sonhando desde o início da República, ou até antes, ou seja a interiorização da Capital.

De fato, o assunto vinha sendo cogitado desde a segunda metade do século XVIII. No início do século XIX teve a idéia um grande defensor em Hipólito Costa, jornalista que redigia e publicava em Londres o "Correio Braziliense", no qual escreveu sobre o assunto. Mas, cabe inegavelmente a José Bonifácio o projeto mais concreto, constante das instruções aos deputados brasileiros às cortes de Lisboa. O ilustre Andrada sugeriu até o nome "Brasília" para a cidade que viesse a ser fundada para o estabelecimento da sede do governo. Só a localização não era exatamente a mesma que foi preferida pela República. No plano de Bonifácio a capital deveria localizar-se no Oeste de Minas, na região de Paracatu.

Voltemos às Constituições. Os dispositivos tanto da Constituição de 1934 como da de 1946 dão a entender que nada havia sido feito em matéria de estudo da localização do futuro Distrito Federal, uma vez que ambas especificam que o Presidente da República, dentro de determinado prazo, deveria nomear comissão para o reconhecimento e demarcação da área destinada a abrigar o Governo da República.

Ora, o retângulo a que já nos havíamos acostumado a ver no mapa de Goiás, não foi posto ali por acaso. Resultou de um dos mais sérios trabalhos de reconhecimento geográfico já levados a efeito em nosso País, ao qual se ligou, de maneira indissolúvel, o nome de um ilustre engenheiro e astrônomo belga que se radicou no Brasil e aqui, quer no desempenho de sua profissão, quer no cometimento de incumbências oficiais, deixou brilhante folha de serviços.

Chegado ao Brasil em 1874, Luís Cruls (1848-1908) não tardou a identificar-se com o nosso ambiente. No ano imediato, após a publicação de um trabalho sobre leitura de ângulos, foi admitido como adjunto do Observatório do Rio de Janeiro, então dirigido por Emmanuel Liáis, de quem se tornou logo auxiliar de confiança e a quem substituiu no cargo, dez anos depois. O magistério superior também contou com a colaboração de Cruls, pois em 1889 foi nomeado para a cadeira de Geodésia e Astronomia da Escola Superior de Guerra, onde foram seus alunos, entre outros, algumas figuras destacadas de militantes como Tasso Fragoso e Hastínfilo de Moura, ou de civis egressos do Exército, como Euclides da Cunha e Alberto Rangel, que se tornaram grandes escritores, com obras fundamentais para a cultura brasileira.

A operosidade e o saber de Luís Cruls não se manifestaram apenas nessas duas atividades práticas, que muitas outras exerceu o ilustre engenheiro, ligadas preferencialmente à matéria de sua predileção, a astronomia. Entre elas, releva notar a viagem que empreendeu em 1882 ao extremo sul do continente americano, colaborando, em nome do Brasil, nos trabalhos que então se fizeram em todo o mundo, de observação da passagem de Vênus pelo disco solar. Essa expedição, que alcançou os melhores resultados científicos, deu origem a interessantes e valiosas notas redigidas por um então jovem oficial de marinha, que mais tarde ligaria seu nome à nossa história, ilustrando a gloriosa corporação a que pertencia: Luís Felipe Saldanha da Gama (1846-1895).

Proclamada a República, coube a Luís Cruls a meritória incumbência de chefiar a expedição encarregada de explorar o planalto central do Brasil para a demarcação do futuro Distrito Federal, em obediência ao disposto na Constituição. Resultou desse trabalho o quadrilátero que desde então passou a figurar em nossas cartas geográficas e que, com justiça, se batizou de “Quadrilátero Cruls”.

O relatório apresentado por Luís Cruls ao Ministério da Viação e Obras Públicas do governo de Floriano Peixoto, condensando todo o trabalho realizado no Planalto Central, foi publicado em 1894, por H. Lombaerts, “Impressores do Observatório”, do Rio de Janeiro. Sobre ele já se expressaram diversas autoridades em assuntos brasileiros.

Obra magistral, para a época em que foi realizada, quando não se dispunham ainda dos modernos recursos de pesquisa e reconhecimento geográfico (especialmente a aerofotogrametria), é documento dos mais valiosos para o conhecimento daquela porção que, não precisamente a mesma, mas com pequenas alterações, acabou se tornando, a partir de 1960, a sede do governo da União.

Em 1947, graças ao zelo filial de Gastão Cruls (1888-1959) foi o “Relatório Cruls” reeditado na prestigiosa coleção “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional (volume 258), e, dez anos mais tarde, fez jus a uma nova edição, integrando desta vez a coleção “Documentos Brasileiros” (volume 91), da Editora José Olympio, e ainda por iniciativa de Gastão Cruls, que, aliás, viria a falecer pouco depois. Essa edição pode ser considerada definitiva, pois nela se reproduziram todas as estampas da edição original e que, lamentavelmente, foram omitidas na edição da “Brasileira”. Convém assinalar que o volume, além do relatório de Cruls, encerra também os relatórios parciais de seus auxiliares imediatos, a saber: Henrique Morize, Augusto Tasso Fragoso, A. Cavalcanti, Antônio Pimentel,

Eugênio Hussak e Ernesto Uhle, os três últimos atuando como médico-higienista, geólogo e botânico da Comissão, respectivamente.

Para estas reedições, Gastão Cruls solicitou a colaboração de um dos companheiros diletos de seu pai, o General Hastínfilo de Moura, que, em carta dirigida ao escritor, trouxe valiosos informes sobre os trabalhos realizados pela Comissão.

Com seu caráter multidisciplinar, abrange o "Relatório" imensa variedade de aspectos, todos julgados necessários ao conhecimento da região: orografia, hidrografia, clima, riquezas mineral e botânica, águas medicinais, meteorologia, fauna, possibilidades econômicas, transportes e, ainda, estudos particulares de algumas sub-regiões dignas de consideração.

Quando, há mais de vinte anos, elaboramos um pequeno textuário da história goiana, publicado como número especial desta revista (nº 25), em homenagem a um simpósio de professores de história, então realizado em Goiânia, aproveitamos para ele dois textos do relatório Cruls: "A Capital Federal no Planalto Goiano" e "Águas medicinais em Goiás".

As duas Constituições - tanto a de 1934 como a de 1946 - determinando estudos sobre a região onde deveria localizar-se o futuro Distrito Federal, praticamente ignoraram um dos mais notáveis trabalhos de exploração e reconhecimento geográficos já levados a efeito em nosso País, obra prima para a época, especialmente se considerarmos, como já foi lembrado, as dificuldades que então se ofereciam aos exploradores, mas que, assim mesmo, conseguiram realizar uma obra que é legítimo orgulho da história das explorações científicas no Brasil.

RESUMO DE INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA EMIGRANTES AO SUL DO BRASIL, REFERINDO-SE PARTICULARMENTE ÀS COLÔNIAS DE DONA FRANCISCA E BLUMENAU

Nota da Redação. Uma gentileza especial do dr. Paulo F. Geyer, do Rio de Janeiro, propiciou à **Notícia Bibliográfica e Histórica** o privilégio de divulgar, em primeira mão, no Brasil, o raríssimo texto que aqui se transcreve. Trata-se de original sueco publicado em Estocolmo, em 1854 (Impresso por Joh. Beckman) e adquirido pelo dr. Geyer num antiquário de Hamburgo, Alemanha e que amavelmente nos ofereceu para publicação. Intitula-se no original sueco **Korta Underrattelser for Utvandrare till Syd-Brasilien, synnerligast med afseende pa Kelonie Dona Francisca och Blumenau**; e a tradução para o português foi feita por Sven Olv Henning Hylmstre, tradutor público.

A oferta nos foi propiciada pelo dr. Paulo Berger, conhecido historiador e bibliógrafo, também do Rio de Janeiro, através da carta que transcrevemos:

“Prezado Prof. Odilon Nogueira de Matos. Aproveito o ensejo para lhe enviar uma das últimas aquisições de Paulo F. Geyer, traduzidas para o português, que ele lhe oferece. Trata-se de um folheto in-12, escrito em sueco e impresso em Estocolmo em 1854. É uma raridade bibliográfica, pois não consta em Sabin e Borba de Moraes e não citada por Carlos Ficker. É um trabalho interessante, com boa benevolência para atrair os imigrantes, oferecendo as condições para se estabelecerem em D. Francisca e Blumenau. O autor é desconhecido, porém penso ser de autoria de alguém ligado ao Governo Imperial e interessado em fazer propaganda da colonização daquela parte do território de Santa Catarina. Peço a sua opinião a respeito e caso interesse a mais alguém faça a sua divulgação. Com um abraço amigo do a) Paulo Berger”.

Sugerimos-lhe a publicação em *Notícia Bibliográfica*, sugestão prazerosamente aceita tanto pelo dr. Geyer como pelo dr. Berger, segundo carta que recebemos posteriormente. Aqui ficam, pois, nossos agradecimentos pelo privilégio que é concedido a esta revista.

INTRODUÇÃO

O Reino do Brasil - um dos mais abençoados países do mundo no que se refere à fertilidade do solo, ao clima e à vegetação - conta com uma superfície de cerca de 140.000 milhas quadradas geográficas, mas com apenas 6 milhões de habitantes. O interior do país, com 70 por cento da área total, encontra-se ainda na sua maior parte em estado primitivo, ocupado por tribos de índios nômades semicivilizados; apenas os trechos na costa estão cultivados, embora aqui também existam grandes áreas praticamente sem cultivo que oferecem ótimas oportunidades de trabalho e colonização posteriormente, iniciativa essa incentivada com muito empenho pelo esclarecido Governo do país. Para tal finalidade procuram-se principalmente escandinavos e alemães, que gozam de uma merecida reputação como trabalhadores e organizadores.

O Brasil encontra-se no primeiro lugar em escala mundial no que se refere à irrigação. Nem é preciso mencionar o majestoso Maranhon, cuja bacia de água supera o próprio Mississippi. Ao longo da costa há uma série de rios menores, que em combinação com inúmeros e excelentes portos facilitam e promovem o intercâmbio de produtos e a comunicação entre as regiões.

Os principais produtos do Brasil são café, açúcar, algodão, arroz, milho, cacau, tapioca, mogno e jacarandá, gado, ouro, diamantes, ferro, sal, nitro e enxofre. As atividades econômicas principais são agricultura e pecuária. Uma vez que o Brasil abrange uma área de terra da 4^o latitude norte a 33^o latitude sul, seu clima deverá divergir bastante. Em comparação com o clima tropical nas províncias ao Norte, as províncias ao Sul oferecem todas as vantagens de um clima temperado, assunto que será ventilado mais detalhadamente a seguir.

A constituição do país é monárquica, estabelecendo 4 poderes estatais: o legislativo, o intermediário, o executivo e o administrativo. O poder legislativo - sob a sanção do Imperador - caberá a uma Assembléia Geral composta de duas câmaras: a Câmara dos Deputados e o Senado. O poder intermediário pertence ao Imperador como supremo poder do Estado

e que deverá, portanto, controlar incessantemente a independência e equilíbrio dos outros poderes estatais. O Imperador detém ainda o poder executivo, junto com seis Ministros de Estado. O poder legislativo é totalmente independente e consiste de juízes e jurados, os quais servirão tanto nos casos civis como criminais. Cada província tem sua própria Câmara Legislativa que trata de todos os assuntos de interesse local. Reina total liberdade municipal. O Brasil, portanto, é uma verdadeira monarquia constitucional, podendo sob este aspecto ser comparado a qualquer uma das melhores sociedades da velha Europa.

Uma ampla liberdade da imprensa é apenas uma das vantagens existentes neste país progressivo. A imprensa não tem restrições tais como cauções ou impostos de selos, e as infrações nesse sentido são penalizadas pelos tribunais.

Há total liberdade de religião, embora a religião católica seja a oficial do estado. Outras igrejas e crenças, protegidas pela constituição, poderão realizar suas reuniões, gozando de todos os direitos civis. A única exceção é que os católicos são os únicos que poderão erigir igrejas com torres e sinos, enquanto os membros de outras igrejas deverão contentar-se com capelas, sem tais ornamentos externos.

Impostos e taxas são diferentes nas respectivas províncias; nenhum imposto, porém, é exigido para a cultivação da terra, incluindo a indústria aliada a tais atividades. Assim, qualquer um pode produzir e vender o que ele tem para oferecer. As despesas estatais são cobertas pelos impostos alfandegários de entrada e saída de mercadorias, taxas para a venda de terra, impostos de selos moderados, etc. Nas províncias e para as necessidades específicas são cobradas taxas relativamente pequenas para a venda de bebidas alcoólicas, para abrir estabelecimentos de venda etc. Na maioria das colônias estrangeiras em tais províncias, os imigrantes estão isentos de todos os impostos durante os primeiros 10 anos. Esforços pessoais são exigidos apenas no assentamento e manutenção das estradas públicas através de todas as municipalidades, sendo que cada um deverá contribuir com 1 a 2 dias de trabalho anualmente.

Finalmente algumas palavras num tema que é doloroso mencionar mas que agora começa mudar de aspecto no Brasil -falo de escravidão. No Brasil, a escravidão ainda não foi abolida, é verdade, mas devido a uma decisão da Câmara Legislativa e confirmada pelo Imperador a manutenção de escravos foi proibida agora e para o futuro em qualquer terra pertencente ao Estado, tanto enquanto estiver em posseção do Governo como após a cessão a um particular, sendo que algumas das províncias sulistas, entre elas

Santa Catarina, decidiram especificamente que escravos não poderão ser importados ou utilizados pelos colonos. lembrando-se ainda de que o Governo mantém com todo rigor e serenidade a Lei de 1850 proibindo qualquer importação de escravos ao Brasil, a Assembléia Legislativa brasileira e os dirigentes aparentemente fizeram tudo que as circunstâncias permitem para eliminar esta mancha - a escravidão - desses países abençoados, que sob este aspecto superam seus irmãos republicanos na América do Norte.

O brasileiro une os defeitos comuns dos sulistas - lentidão, sensualidade e uma certa petulância - a várias virtudes, tais como grande hospitalidade, bondade e tolerância. Ele recebe o emigrante europeu com braços abertos, sem a atitude de valentão que caracteriza o americano médio. Aqui, o estrangeiro competente, enérgico e justo será sempre bem recebido, encontrando assistência e boa vontade. Isto vale especialmente para alemães e escandinavos, que gozam de boa reputação na maioria das povoações.

O idioma do país é o português, embora a maioria dos funcionários públicos e as pessoas educadas em geral falem francês. O inglês não é muito divulgado, com exceção das grandes cidades providas de porto. O alemão também não é muito divulgado, embora seja falado na maioria das colônias no Sul do Brasil, cujos habitantes principalmente são alemães.

A capital do país, com a residência do Imperador, é o Rio de Janeiro, com 200.000 habitantes. A cidade tem uma posição privilegiada e romântica numa enseada do mar, com um excelente porto.

Das 19 províncias do país estudaremos aqui apenas aquela que oferece ao europeu imigrante o melhor clima e o sucesso mais garantido, isto é:

A PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA

Esta província estende-se de 25 a 29 graus latitude sul, sendo protegida a oeste por uma cadeia de montanhas, em cujo lado oposto começa o planalto sulamericano. Em toda sua largura a referida província é extremamente fértil, sendo irrigada por inúmeros rios, em parte navegáveis para pequenas embarcações e providos de bons portos. A vegetação variada, o clima ameno e puro, sem traços da febre amarela ou outras doenças contagiosas - tudo isso em conjunto torna Santa Catarina uma das melhores regiões para uma emigração organizada e bem sucedida. Sendo bem recebido pelos brasileiros, o recém-chegado tem também a vantagem de possuir

melhor inteligência e capacidade de trabalho mais persistente que os donos da terra.

A província, com um trecho costeiro de cerca de 40 milhas suecas, ocupa uma área de aproximadamente 1.800 milhas quadradas geográficas. Apesar das condições favoráveis acima mencionadas a província tem uma população ainda bastante esparsa. Aqui, como no resto do Brasil, existem ainda enormes áreas inabitadas, embora possam ser consideradas as mais férteis do país. Apenas nos últimos anos a emigração da Alemanha começou a dirigir-se para essas áreas. Assim encontram-se agora 3.000 a 4.000, alemães além de 70 - 80 noruegueses que - segundo as informações recebidas - já atingiram uma independência econômica que nunca poderiam imaginar no seu país de origem.

As principais plantações são de cana, café, algodão, tabaco, feijão, mandioca, melão, batata, além de todas as hortaliças européias, embora essas últimas necessitem de vários anos de aclimatização antes de produzirem boas sementes, as quais, portanto, devem ser importadas da Europa, precisando-se de toda cautela com o acondicionamento para que elas não percam sua capacidade germinativa. A produção de açúcar é considerada a mais vantajosa economicamente, por exigir menos trabalho e proporcionar o mais vantajoso produto de exportação. Santa Catarina tem árvores frutíferas em muita abundância, tais como banana, abacaxi, laranja, figo, oliva, azeitona, romã e outras, das quais uma parte por meio de um cultivo intensivo poderia transformar-se numa fonte de receitas bastante compensadora. A árvore de mamona, que produz o procurado óleo de rícino, existe também aqui, embora a falta de moinhos ainda dificulte seu aproveitamento.

As florestas podem fornecer valiosas espécies de madeira, tais como Arariba rosa, madeira ideal para móveis, amarela manchada, jacarandá, já conhecida e usada na Europa para móveis, Conjeirana, Cedro e outras.

O solo consiste na maior parte de uma margam amarela que - embora muitas vezes composta de uma pequena camada de humo - com um emprego adequado será bastante fértil. Uma vez que não se empregam ainda fertilizantes na terra, os brasileiros utilizam o solo durante 5 a 6 anos, deixando-o depois sem uso durante 2 a 3 anos. Tal prática, todavia, deve ser abandonada numa agricultura organizada. Com pelo menos algum tratamento o solo poderá recompensar o colono, produzindo colheitas anuais. A selva, na realidade, fornece poucas frutas comestíveis - a mais abundante é uma espécie de ameixa escura.

A selva também tem poucas espécies de animais. Entre os de utilidade há cervos e veados. Duas espécies de macaco predominam: o grande, de cor castanha e o pequeno, de cor preta. Sua carne é bastante saborosa. Entre as feras temos o jaguar, o puma negro e algumas espécies menores de felinos. Na realidade, apenas poucas espécies atacam o homem. São tão raras que muitos colonos, atravessando durante anos as florestas, nunca chegaram a defrontar-se com alguns desses "inimigos" uma única vez. Feras menores, ameaçando particularmente as aves domésticas, a colheita de ovos etc. existem mas preferem agir no interior da selva em vez de defrontar-se com o homem.

Há diversas espécies de cobras, embora poucas sejam venenosas. Nenhuma dela tem a periculosidade da cascavel, tão comum nas florestas norteamericanas.

Quanto aos pássaros há no Sul do Brasil uma grande variedade, entre as quais os papagaios abundam, havendo ainda beija-flores de várias espécies.

Entre os animais domésticos temos: o gado cornudo grande, embora ainda dê pouco leite, por se preferir o aproveitamento da carne em primeira mão. A industrialização do leite parece trabalhosa demais na opinião do brasileiro idolente. Muito gado de origem inglesa e holandesa tem sido importado recentemente a fim de melhorar a linhagem nacional. Mulas são usadas principalmente para transportes de carga, sendo valorizadas em comparação com os cavalos, que no Brasil geralmente são baixos e pequenos. Por outro lado, a criação de porcos de boa linhagem é bastante avançada.

O clima é saudável e agradável.

A primavera - setembro, outubro e novembro - constitui a verdadeira época das chuvas. Isto não significa as chuvas incessantes caindo nos trópicos, mas apenas que há chuvas com uma certa freqüência, fato esse que favorece a fertilidade. Há poucos dias de chuva; durante o ano inteiro representa apenas 25 a 30 dias.

O verão - de dezembro a fevereiro - tem uma temperatura média de 25 - 30° embora o calor possa ocasionalmente atingir 35°, índice esse que também é atingido num verão quente em nosso país (Suécia).

Tanto os temporais nas tardes como os ventos frescos do mar refrigeram a atmosfera. Assim, após um tempo de acondicionamento, os colonizadores alemães poderão sem grande esforço trabalhar ao ar livre, inclusive num dia de sol quente no verão.

O outono - março - maio - é agradável com pouca chuva.

O inverno - junho - agosto - tem uma temperatura muito agradável, com uma média de 13 - 18° durante o dia. Nas noites mais frescas a temperatura cai a + 5,° raras vezes a + 3,°. Não há registro de a temperatura descer abaixo do ponto de congelamento. No Sul do Brasil não há terremotos, tufões ou tempestades violentas. Com a temperatura relativamente uniforme, sem mudanças bruscas, não há campo para certas formas de doença mais graves. Assim, a cólera e a febre amarela são até agora enfermidades desconhecidas, o que também vale para febres comuns.

A sementeira e o plantio de espécies cultivadas realiza-se em épocas diferentes e para determinadas plantas durante o ano inteiro. A lua tem aparentemente uma grande influência sobre o desenvolvimento das plantas e das sementes, e a experiência mostra que todas as espécies que desenvolvem seus frutos abaixo do solo devem ser plantadas na lua nova, enquanto todas com frutas acima do solo devem ser plantadas no quarto minguante.

Geralmente conta-se com duas épocas de plantio: a primeira é de fevereiro a março; a segunda para as diferentes espécies de plantas de fins de julho a fins de novembro.

Em fevereiro e março plantam-se cana, feijão preto e batatas.

De fins de junho a fins de julho: milho, que na maioria das vezes dará uma safra 100 vezes maior e, às vezes, 400 vezes maior.

Em agosto a meados de outubro: novamente cana que se pode colher simultaneamente com a plantada em fevereiro e março. Não é necessário novo plantio cada ano da cana de açúcar; após a colheita surgem novos brotos, dando 2,3 e, às vezes, 7 colheitas. Além disso o solo - nas plantações de cana - poderá ser usado de outro modo, plantando nos intervalos feijão, milho etc.

De agosto a novembro: arroz (nos lugares baixos e úmidos), feijão preto (nos pontos altos) batatas pepinos, melões etc. Entre as árvores frutíferas temos laranjas, bananas, café etc. As duas últimas dão frutas já no segundo ano. As bananas, uma espécie de fruta-pão com a forma de um pepino, dão frutas o ano inteiro. O arbusto de café - que na realidade exige um clima mais quente - é plantado em lugares ensolarados, protegidos contra o vento. As laranjas, que dão frutas já no terceiro ano, e das quais se pode colher frutas durante 7 meses por ano, ou de março a outubro, adaptam-se perfeitamente ao clima com uma safra abundante. Assim, por exemplo, em agosto e setembro pode-se comprar na colônia Dona Francisca 50 unidades por 6 skillings.

Também o abacaxi adapta-se de modo excelente ao solo e deverá futuramente proporcionar um primoroso artigo de exportação.

Os métodos de cultivo são bem mais simples em comparação com na Europa. No estudo dos referidos métodos indicaremos as respectivas diárias em pagamento dos serviços e dos acordos comuns, com que o principiante que pretende trabalhar para outros poderá avaliar aproximadamente seus ganhos. O primeiro passo no plantio é de usar uma faca longa parecida com um sabre para cortar e remover todos os arbustos e trepadeiras. Em seguida são cortadas as árvores maiores, para que outubro e novembro são os meses mais adequados, uma vez que as árvores abatidas nesse período secam mais rapidamente, antecipando desse modo o tempo de uso como combustível. Para o corte e a queima paga-se por empreitada 14 - 18 Rdr por "tunnland".

Esclarecimentos: "Rdr" = Riksdaler, em inglês "Rix dollar", nome dado a diversas moedas de prata em circulação no continente europeu nos séculos 16 a 19. Na Suécia, o "Riksdaler" foi substituído pela "krona" (Coroa) em 1873.

"Skilling": antiga unidade de moeda na Suécia.

"Tunnland": antiga medida sueca, correspondente a cerca de 1/2 hectare.

"Aln": cerca de 60 cm, (medida sueca.).

Acre: aprox. 4.046 m².

Aqui se poderia com vantagem usar serra, cortando-se os troncos preferivelmente alguns pés acima do solo. Após a derruba das árvores os galhos maiores são cortados para que o tronco fique deitado o mais perto do solo possível. Depois de 8 a 10 semanas, as árvores caídas acabam de secar o suficiente para permitir a queima. A queima é realizada num dia ensolarado com vento, quando os troncos caídos são incendiados em vários pontos para que o vento faça sua parte e conduza o fogo acima dos mesmos, consumindo os galhos menores, folhas e trepadeiras.

Após a queima vem a operação penosa de roçamento do terreno, que, todavia, se limita, a corte dos galhos maiores e seu empilhamento para permitir nova queima, seguida do espalhamento das cinzas. Os tocos e os trocos mais grossos são deixados para apodrecer, a não ser que sirvam para madeira de construção ou combustível. O custo do roçamento atinge 28 - 32 Rdr por 1/2 hectare, se tal trabalho for executado por meio de empreitada. Com isso a plantação está pronta para sementeira, uma vez que o solo da selva

devido à combustão e por causa da ação do ar está preparado para receber o material de sementeira. Para isso aproveita-se de qualquer espaço livre entre os troncos das árvores, fazendo com a enxada ou enxadão furos para as sementes ou a planta. Não há necessidade de qualquer outro cuidado durante o cultivo, com exceção de uma limpeza uma ou duas vezes no referido período.

O preço dos diversos artigos de primeira necessidade, dos quais o colono precisa, varia nas diferentes colônias, mas como preço médio pode-se tomar:

Uma vaca com bezerro 50-75 Rdr, um par de bois de carga 60-80 Rdr, um cavalo 25-75 Rdr, uma mula 75-100 Rdr, 1 kg de café 12-14 sk (skillings), 1 kg de açúcar 10-12 sk., 1 kg manteiga 40-42 sk., 1 kg de carne, fresca, 8-10 sk. 1 kg de carne seca 12-14 sk., 1 kg farinha de trigo 9 sk., 1 kg de arroz 8 sk, uma dúzia de tábuas com 6 "alnar" de comprimento 8-12 Rdr, um milho de tijolos 60 Rdr, madeira de construção 2 skillings por pé corrido.

A diária, embora possa divergir nas respectivas colônias em função da oferta de mão de obra, pode em linhas gerais ser indicada como sendo 2-3 Rdr para um profissional (pedreiro, carpinteiro, marceneiro) e 1 Rdr 24 sk para um operário não qualificado, além de 42 sk por dia para trabalho feminino. As mulheres poderão calcular seu custo de vida em 24-32 sk por dia.

Tais números referem-se a principiantes, sem conhecimento do trabalho e do idioma. Após acostumar-se com os serviços e conhecer o idioma, melhores diárias serão pagas, naturalmente.

Entre as colônias que poderão ser recomendadas aos emigrantes suecos o primeiro lugar é ocupado por **Dona Francisca e Blumenau**. Assim faremos uma curta descrição das mesmas, indicando em poucas palavras quais as pessoas que podem emigrar com vantagem às referidas colônias e quais são as despesas para a viagem, com alguns conselhos para o trabalho inicial.

A COLÔNIA DONA FRANCISCA é situada na parte setentrional da província de St^a Catarina, a 26° latitude sul, junto a um pequeno rio, Cachoeira, havendo ainda vários cursos d'água menores com facilidades para a instalação de usinas geradoras. A capital recém-fundada, Joinville, tem um bom porto para pequenos navios costeiros, a 1/2 milha sueca de distância da cidade de São Francisco junto ao mar sendo que a vizinhança facilita o escoamento dos produtos da colônia. O terreno, inicialmente

ocupado na sua totalidade por selvas, é acidentado. Apenas na vizinhança da cidade há uma área com planícies, da qual uma parte já foi drenada. A colônia constitui uma parte dos domínios federais cedidos ao Príncipe de Joinville e sua esposa, nascida Princesa do Brasil. O Príncipe de Joinville cedeu o referido trecho de terra, em 1849, a uma sociedade anônima, sob a firma "Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo", com várias sociedades mercantis de Hamburgo na direção.

Mediante a cessão dos referidos trechos de terra, constituindo 3-4 milhas quadradas suecas, a companhia comprometeu-se a assentar no primeiro ano 100 colonos, ao segundo ano 200, e nos três anos subseqüentes 400 colonos na área, obrigação essa cumprida, uma vez que a colônia já no começo do ano (1853) contava com 750 habitantes. Tal acordo entre o Príncipe de Joinville e a Companhia foi reconhecido e legalizado pelo Governo brasileiro e abrange entre outras determinações a autorização para a importação livre de todos os artigos necessários para a colônia, tais como viveres, os objetos dos colonos etc. e ainda proibição ao uso de escravos etc.

O preço de terra é de 2 Thaler por Morgen (10 Rdr 12 skillings por tunnland (1/2 acre) para pagamento a/vista, e 3 Thaler (15 Rdr 18 sk. por 1/2 acre) a crédito, a ser pago dentro de 3 anos contra hipoteca sobre a própria terra. Isto porém, prevalece apenas para solo fora dos lugares já ocupados, uma vez que a terra entre colônias já existentes e na vizinhança de cidade vale mais, devendo um acordo especial ser feito com os dirigentes das colônias. Para os emigrantes mais organizados a companhia já fornece colônias já instaladas e parcialmente plantadas a preços diferentes.

Quem não tiver meios financeiros suficientes na chegada a Dona Francisca, deve comprar terra a crédito e usar seu capital para seu rápido aproveitamento, uma vez que a tunnland aumenta seu valor bastante com seu desenvolvimento, mais do que o custo da terra aumentou ao ser comprada a 3 anos a crédito.

Para atender às necessidades dos colonos foram instalados pela companhia pontos de venda especiais, fornecendo víveres e outros artigos de primeira necessidade.

A COLÔNIA BLUMENAU está situada ao lado do maior rio da província de St^a Catarina, o Itajaí-grande, que desemboca no mar no 27^o de latitude entre os portos marítimos São Francisco e Desterro, esse último capital da província com 6.000 habitantes e situado na ilha de St^a Catarina. A colônia foi fundada e dirigida pelo Dr. Herm. Blumenau, sempre atendendo às necessidades dos colonos. O rio Itajaí é navegável para barcos

costeiros com um calado de 5-8 pés, 7 a 8 milhas rio acima até a aldeia Belxior. Cerca de 2/3 de milha acima do referido lugar encontra-se a colônia de Blumenau. As margens do rio são sempre altas e não sujeitas a inundações. Vários rios e riachos menores desembocam no Itajaí, entre os quais o Itajaí Mirim (o pequeno Itajaí) é o mais importante, com boa profundidade e navegável durante 3 horas para as embarcações acima mencionadas.

A colônia de Blumenau ocupa 70-80,000 acres na margem sul do Itajaí, sendo constituída de terreno ondulado com algumas grandes cordilheiras cortadas por largas valas arborizadas, protegidas contra inundações e isentas de lugares pantanosos. O grande córrego Garcia, navegável com barcos até umas duas horas de Itajaí, passa pela maior parte da colônia e oferece com seus inúmeros afluentes força hidráulica para a instalação de serrarias e moinhos. O terreno é constituído na maior parte da terra argilosa amarelenta, em alguns pontos passando para terra argilosa escura misturada com areia que - conforme a experiência comprova - serve perfeitamente para o plantio de feijão, milho, frutas de raiz, fumo, cana, algodão e todas as nossas costumeiras plantas de jardim. Ao longo da margem de Garcia encontram-se as novas construções postas à disposição dos imigrantes pelo Dr. Blumenau. O preço da terra é de 2 a 5 Rdr por acre, em função de sua distância do rio Itajaí. Terra situada à margem do referido rio custa 10-12 Rdr por "tunnland" (meio acre). Na vizinhança da colônia Blumenau junto ao rio Itajaí podem-se comprar por diferentes preços novas áreas parcialmente plantadas e providas de construções necessárias. Assim foram pagos no ano passado (1853) 2.000 Rdr por 200 acres em Itajaí, com casa de residência bem construída, uma hora de distância acima de Blumenau, com 10 meios-acres roçados, dos quais cinco plantados com cana. A população alemã em Blumenau e sua vizinhança atinge 60 a 70 famílias.

Também na colônia Blumenau há uma casa construída a fim de alojar gratuitamente as famílias dos colonos recém-chegados na sua primeira permanência na colônia, até que estejam devidamente assentados ou alojados por algum colono já ambientado. Dr. Blumenau fornece artigos de primeira necessidade aos colonos, além de sementes.

Após esta curta descrição do Sul do Brasil e das principais colônias organizadas vamos esclarecer o equipamento necessário para a saída do país de origem, a viagem para cá, e os primeiros meses na colônia, indicando finalmente de modo resumido quais as pessoas que têm maiores oportunidades de ter sucesso no empreendimento no novo mundo.

Quem agora - após um exame minucioso de si mesmo - decidir emigrar ao Sul do Brasil precisará de alguns meses para o equipamento da viagem.

Os emigrantes aos Estados Unidos da América do Norte são aconselhados - com toda razão - a não levar quaisquer utensílios e ferramentas, uma vez que eles na chegada poderão ser comprados de qualidade superior e ao preço mais barato. Por outro lado, o colono no Sul do Brasil tem muitas vantagens ao levar consigo as ferramentas, utensílios e roupas necessários, uma vez que tudo custa bem mais caro no Brasil. Após a solução dos assuntos envolvendo família e dinheiro, tudo que não será de utilidade no novo lar deverá ser vendido para a aquisição de novos utensílios. Entre eles temos: 2 bons machados, preferivelmente de modelo americano; 2 foices para cortar galhos e cipós (a referida ferramenta tão importante para o roçamento é parecida com uma grande faca de jardim afixada a um cabo comprido, similar a um cortador de galhos aqui usado.) A lâmina tem um comprimento de 8-12 pol. com a ponta curvada para que se possa alcançar galhos e trepadeiras posicionados no alto. Tal cortador precisa ser forte e ter bom aço. No Brasil custa de 2 a 4 Rdr, sendo certamente de qualidade inferior. Duas boas serras para troncos; pás de aço e enxadões; pinos de ferro grossos e finos para ancinho; foicinhas um pouco maiores e mais grossas para a colheita do trigo em comparação com o que se usa na Suécia; algumas facas fortes, 9-10 pol. de comprimento; algumas das nossas ferramentas comuns para jardinagem, ferramentas para trabalho em madeira e forjamento, conforme o gosto de cada um. Sementes de várias espécies devem ser levadas, por serem caras no Brasil e muitas vezes difíceis de encontrar. As sementes devem ser embaladas em vasos impermeáveis ao ar, garrafas ou caixas de folha de flandres fechadas por solda. Se as sementes no empacotamento forem misturadas com 1/3 do seu volume de cal virgem pulverizada, haverá absorção da umidade, conservando a capacidade germinativa. Cada profissional deve levar vários conjuntos, todos usados e marcados para a importação com isenção de direitos, particularmente camisas de algodão, meias idem e sapatos grossos e fortes. Muito usadas são jaquetas e calças de linho, além de chapéus de aba larga. Gorros não são funcionais. Além disso convém levar alguns paletós largos de lã fina, além de um sobretudo grande para uso nos meses de inverno e na viagem. Uma espingarda de boa qualidade com munição suficiente não pode ser esquecida. Todos esses objetos devem ser acondicionados em baús fortes quadrados, com reforços de ferro, além de boas fechaduras. Tais volumes não devem ser providos de fechos externos ou alças externas, que impedem o manejo dos volumes a bordo durante a viagem. Levar medicamentos úteis para as doenças mais comuns é também uma boa medida. Quanto ao mais importante de tudo - o dinheiro - recomenda-se comprar em Hamburgo piastras espanholas, as quais no Brasil têm uma boa procura.

A travessia ao Sul do Brasil

Os emigrantes ao Sul do Brasil devem viajar via Hamburgo, de onde 4 - 5 vezes anualmente há transportes diretos a Dona Francisca e Blumenau. Entre Hamburgo e Rio de Janeiro há cargueiros nos dias 10 e 25 cada mês. No entanto, o emigrante terá sempre dificuldades com despesas extras para continuar até as províncias no Sul do Brasil. Assim, um transporte direto é sempre preferível. Os custos para a viagem da Suécia até a colônia será de desse modo:

	Tempo		Lugar de cabine		Entrecobertas	
	Dias	Rdr	sk	Rdr	sk	
De Estocolmo a Lübeck de navio	3	33	36	17	-	
Excesso de frete		6		6		
Despesas a bordo		10				
Transporte em Lübeck para as malas do vapor à estrada de ferro		2		2		
De Lübeck a Hamburgo pela estrada de ferro em 2 horas em vagões da 3ª classe		4		4		
Excesso de frete		5		5		
Em Hamburgo, \ no máximo 7 dias	7	10	24	2	16	
De Hamburgo a Dona Francisca, inclusive refeições	50 a 60	266	32	160	-	
Total Rdr	60-70	337	44	196	16	

Para crianças entre 1 a 8 anos a passagem de Hamburgo a Dona Francisca é de 133 Rdr 16 skillings em cabine e 106 Rdr 32 sk. nas entre cobertas. Crianças menores de um ano não pagam. Aceita-se livremente frete até 20 m3 para cada passageiro maior de idade e 10 m3 para cada criança. Dois passageiros, se assim combinarem, podem enviar seus objetos em 2 baús, um com 6 pés de comprimento, 2 1/2 pés de largura e 2 pés de altura, para ferramentas e utensílios pesados, e o outro baú para roupas etc. com 3 pés de comprimento, 2 pés de largura e 1 2/3 pés de altura, que no total perfaz 40 metros cúbicos. Se o baú maior, calculado para as serras e algumas barras de ferro ficar difícil de manipular, podem-se fazer dois baús, cada um de 3 pés x 2 3/4 pés x 2 1/2 pés. Algumas peças de roupa podem ser levadas soltas

na cabine. Uma vez que o frete é calculado sobre o espaço ocupado e não pelo peso, não se devem levar peças volumosas. Os passageiros nas entrecobertas devem levar provisões para viagem e permanência em Hamburgo pelo menos 10 dias. Caso contrário tais passageiros poderão conseguir alojamento em Hamburgo, com eles mesmos providenciando colchões e cobertores, além de alimentação, por 1 Rdr a 1-12 skillings por dia.

Os emigrantes para a colônia de Blumenau devem pagar a viagem de São Francisco ou Desterro a Blumenau com 6-10 Rdr por pessoa, se várias pessoas se juntarem num grupo. Cada emigrante deverá possuir certidão de dados pessoais da paróquia e passaporte para a emigração à América.

O pedido para comprar passagem nos navios-emigrantes de Hamburgo deverá ser feito alguns meses antes da partida. É preciso fazer um depósito de 20 Thaler (53 Rdr 16 skillings) para garantir um lugar na cabina e 12 Thaler (32 Rdr) para viajar nas entrecobertas, mediante um recibo que garante ao proprietário um determinado lugar para uma determinada viagem. Dois dias - o mais tardar - antes da saída do navio os passageiros deverão apresentar-se em Hamburgo, pagando o restante da passagem. Quem não comparecer perde o sinal dado.

Os navios diretos ao Sul do Brasil partem geralmente de Hamburgo em fins de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro.

A melhor época para a partida de Hamburgo é abril e maio, uma vez que o emigrante normalmente chega à colônia em tempo para começar imediatamente o corte de árvores e a roçadura para combinar com a época da sementeira, plantando ainda um pouco para a própria subsistência já em novembro.

Chegada à colônia

Na chegada dos colonos à Dona Francisca, para onde são transportados mediante os custos acima mencionados, eles têm direito a ocupar as casas especialmente construídas para a finalidade, as quais, todavia, não oferecem qualquer conforto, sendo apenas um teto com proteção contra chuva e vento. Aqui poderão permanecer gratuitamente no máximo por 3 meses, enquanto estiverem tomando medidas para sua climatização.

Logo após a chegada o colono poderá ocupar uma área de terra que ele julga suficiente, mediante pagamento à vista ou a crédito. Quem não dispuser de meios financeiros suficientes não deve solicitar mais terra do que ele possa tratar com seu próprio trabalho. Ele é obrigado a cultivar a área solicitada dentro de um determinado período, e qualquer falha nesse sentido significa prejuízo. Por outro lado, qualquer um - inclusive quem pretender trabalhar como artesão - é aconselhado a comprar ao menos um pedaço de terra, que lhe garante maior independência no futuro. Posteriormente, se ele deseja vender sua terra, ele pode fazê-lo com bom lucro. Quem comprar terra à vista tem a vantagem de poder escolher o local que deseja, fixando seus limites, enquanto quem comprar a crédito é obrigado a aceitar o que a companhia vendedora indica. Observa-se que qualquer terra aqui é cultivável. Os preços anteriormente mencionados de 2 e 3 Thaler por morgen (medida de campo de c:a de 5.500 m²), todavia, prevalecem apenas para terra situada entre as referidas construções já ocupadas, uma vez, que o preço é maior para terra situada entre as referidas construções.

Na colônia Blumenau, que ainda não atingiu a extensão da Dona Francisca, obtém-se para terra situada perto da localidade principal os preços acima dados para Blumenau.

Depois da compra da terra, a primeira medida do colono é de providenciar um teto. Embora tal medida seja bastante simples, requer trabalho e esforços. Se vários colonos se unirem e se ajudarem mutuamente, o trabalho será mais rápido e mais fácil. A primeira casa do colono na nova terra consiste na sua forma mais simples de troncos de palmeiras assentadas no solo, com travessas, ligadas por cipós. O teto é feito de folhas de palmeiras. Se o colono - como muitos - pretende ter piso de madeira e janelas com vidro não precisa gastar um tostão, retirando todos os materiais na área da construção ou na vizinhança. Quem entregar a construção da residência por empreitada poderá em Blumenau ter uma casa construída, tamanho 10 a 1 n a r^o) em quadrado, com piso de madeira e janelas, gastando cerca de 100 Rdr.

Concluída a construção é preciso começar o cultivo da terra. Não convém assumir uma área maior do que se possa preparar até a primeira época de sementeira, apressando a colheita na medida do possível.

o) Aln - medida antiga sueca, c:a de 60 cms.

Finalmente algumas palavras sobre as pessoas que poderão ser aconselhadas a emigrar para o Sul do Brasil, com esperança de sucesso e independência econômica.

O artesão acostumado a trabalho manual tem aqui o rendimento mais seguro, embora - devido aos métodos culturais simples e fáceis e ao clima salubérrimo - o europeu menos acostumado a trabalho manual tenha mais sucesso do que nos estados norte-americanos onde um clima mais severo e um tempo de trabalho mais curto exigem esforços maiores. Após a construção das casas necessárias e o primeiro cultivo da terra, o tratamento do solo e das plantas culturais não exige um trabalho tão penoso que não possa ser executado também pelo inexperiente, desde que não falte força e persistência, qualidades essas necessárias para quem desejar construir seu futuro como colono num novo país. Com tais características e 1.000 Rdr em caixa na chegada à colônia, o emigrante poderá enfrentar o futuro com confiança. Porém, o colono, que mesmo não possa manejar o machado e a pá, precisando contratar trabalhadores avulsos para os serviços necessários de plantar e tratar a terra, precisa de um capital maior, em função da amplitude do seu movimento. Os mais indicados para o colono agricultor são os trabalhadores artesões, que produzem artigos de primeira necessidade tais como pedreiros, carpinteiros e marceneiros. Trabalhando por empreitada estes podem ganhar 5-6 Rdr por dia, fora da comida. Ferreiros ganham bem, mas precisam, como todos os artesãos, levar consigo ao Sul do Brasil todas as ferramentas exigidas pela sua profissão. Oleiros são muito procurados e ganham bem. Caldeiros, com algum capital para movimento, fariam bons negócios em St^a Catarina. Vasos de cobre do tipo mais simples custam cerca de 2 Rdr e os mais compostos com soldas 2 Rdr 24 sk. 3 Rdr. Funileiros, tanoeiros, torneiros em chifre, madeira e metal, moleiros que também saibam montar um moinho, ainda que de construção simples, alfaiates e sapateiros, se puderem arranjar os materiais necessários, também têm rendimentos garantidos em St^a Catarina.

O estudo supra mostra que o Sul do Brasil pode competir com qualquer outro lugar de emigração organizada e bem sucedida. O emigrante encontra um solo fértil, um clima agradável e saudável, segurança e tranqüilidade política, liberdade religiosa, inúmeros produtos nacionais e capacidade para produzir outros ainda não introduzidos, com a perspectiva de boas vendas; tudo isto em combinação com o rápido crescimento das colônias já instituída garantem ao europeu imigrante independência e prosperidade em alguns poucos anos. Contudo, não podemos aconselhar uma emigração incondicional. Aconselhamos a qualquer candidato de - antes de tomar a decisão - realizar um cuidadoso exame de si mesmo para determinar se ele está disposto a enfrentar todas as dificuldades e, às vezes, reverses inerentes a tal empreendimento. Quem não tiver capacidade para

uma adaptação incondicional ao novo ambiente, perderá logo a coragem e a capacidade e a coragem e sucumbirá, se não dispuser de um bom capital como apoio. Para ele, portanto, seria melhor ficar no seu tranqüilo país de origem. Também é preciso controlar que a força física não sofra uma diminuição.

Embora se possa deixar o capital trabalhar, no Novo Mundo precisa-se mais de força e resistência corporal do que no lar sueco, vivendo com uma profissão sedentária.

Prevalece, portanto, a lei de sempre: conheça a si mesmo!

INFLUÊNCIA DA "PAULISTA" NO DESENVOLVIMENTO URBANO DE RIO CLARO

Liliana Bueno dos Reis GARCIA

Toma-se como linha explicativa para o desenvolvimento urbano rioclarenses, a implantação do café e da ferrovia. Foi a ferrovia que, atendendo às necessidades de lucro e ampliação da produção cafeeira, agiu como o motor do processo de urbanização.

No entanto, convém ressaltar que a rede urbana do interior paulista, inclusive Rio Claro, pré-existe à economia cafeeira, remontando ao ciclo açucareiro.¹

Por volta de 1835, "São João Batista de Rio Claro já era formada por oito quarteirões que se estendiam ao longo da atual avenida Um."²

As terras eram férteis e permitiam o desenvolvimento da agricultura. Este fato agiu como um pólo de atração para a fixação de colonos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do povoado.

No período compreendido entre 1836 a 1870, o café chega a Rio Claro. Este fato acelera o crescimento do nascente povoado que em 1830 passa a Freguesia, em 1857 a Vila e 1859 a sede de Comarca, e estimula o crescimento urbano, pois, "no período citado, surgem trinta e cinco novos quarteirões, localizados na porção norte do espigão (Av. 2 e 12 e Ruas 2 e 8) e ao longo das ruas que dão saída para outras cidades. Ao longo dessas ruas se estabelece um comércio de secos e molhados".³

Assim, antes de ter início o cultivo do café, Rio Claro era um povoado com uma pequena infra-estrutura urbana para servir à região, porém, sem grande expressão econômica. Seu desenvolvimento só vai se

(1) Hogan, Daniel J. et alii - *Café, Ferrovia e População: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas, NEPO/Unicamp, 1986, p. 4.

(2) Troppmair, Helmut - "Aspectos geográficos", in Machado, Ilara Luz (coord.) - *Rio Claro sesquicentenária*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1979, p. 81.

(3) Troppmair, Helmut - op. cit. p. 83.

acelerar quando as plantações de café ganham importância econômica, transformando Rio Claro num núcleo urbano próspero e dinâmico. Apesar de já existir antes do café, este vai torná-lo um grande centro produtor, vai ser responsável pelo seu desenvolvimento, assim como provocará também, nas primeiras décadas do século XX, a sua decadência.

Em 1876 a ferrovia chega a Rio Claro, tornando-a “ponta de trilho”. Vai permanecer nessa situação até por volta de 1884. Nessa condição, a área de abrangência de Rio Claro ampliou-se para a região compreendida entre as atuais cidades de Torrinha (ao sul de Brotas), Jaú, Jaboticabal, Descalvado e Cordeirópolis. Como terminal ferroviário, não só concentrou toda a produção das regiões mais interioranas, como também se transformou num centro de comércio, fornecendo gêneros alimentícios e suprimentos a toda população e a todas as atividades desenvolvidas na região.⁴

Com a chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a Rio Claro, a cidade tornou-se um importante entrosamento ferroviário, pois daí também partiram os trilhos da Companhia Rio Claro, que em 1884 chegam até São Carlos, em 1885 a Araraquara e em 1887 até Jaú. Junto a esse complexo vão ser fundadas, em 1892, as oficinas da CPEF.

A instalação das oficinas permitiu uma diversificação funcional do núcleo urbano. Deu-se a ampliação das atividades industriais, com o aparecimento de serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de arroz e café. Em 1899 foi criada a fábrica de cerveja para atender à demanda existente, principalmente, em virtude da significativa presença de imigrantes de origem alemã. O comércio local também se expande. Surgem armazéns vendendo roupas, alimentos, ferragens, armas, louças e objetos de consumo geral.⁵

A importância de Rio Claro na região vai ser consolidada. As atividades urbanas proliferam, ocorre um surto demográfico e o lugarejo ganha vida e prosperidade.

O crescimento demográfico também é significativo.

No período de 1871 a 1881, o progresso é contínuo. Surgem mais sete quarteirões novos (Av. 5 e 6 Ruas 2 e 3 e ainda Av. 4 e 7, Ruas 8 e 10). Nos quatro anos seguintes (1882 a 1886) o crescimento torna-se

(4) Hogan, Daniel J. - op. cit. p. 12.

(5) Bilac, Elisabete Doria - Famílias de trabalhadores: Estratégias de sobrevivência; a organização da vida familiar em uma cidade paulista. São Paulo, Símbolo, 1978. p. 14.

marcante, com o surgimento de mais 26 quarteirões ao redor do núcleo já existente e também surge, próximo ao leito da ferrovia, a Vila Alemã.⁶

Dados obtidos do ano de 1883 nos mostram que, sete anos após chegada dos trilhos, a cidade possuía um comércio bastante ativo, com trinta e quatro casas de secos e molhados, vinte e quatro casas de ferragens, vinte e duas de armarinhos, moda e chapéus, oito sapatarias, duas ourivesarias e sete alfaiatarias. Contava ainda com máquinas de beneficiar grãos (arroz e café), fábricas de licores e de cerveja. Já tinha condições de prestar serviços médicos e educacionais. Tinha cinco médicos, dois dentistas, dois professores de canto e piano, quatro farmácias, seis colégios particulares, seis sociedades recreativas, um teatro e dois jornais.⁷

Vê-se portanto que a chegada da ferrovia incentivou ainda mais a melhoria das condições urbanas. No entanto, ao mesmo tempo em que estimula a criação de várias atividades urbanas, a ferrovia vai dar início a um processo de evasão populacional, sobretudo dos grandes proprietários rurais. Os mesmos decidem pela fixação de suas residências na capital, pelo fato de a ferrovia encurtar as distâncias, tornando Rio Claro um centro próximo à capital. Com isso, vão permanecer na cidade uma classe média e um proletariado não muito diversificados, que influenciaram e marcaram a paisagem urbana através da homogeneidade nas edificações ainda hoje observadas.⁸

Em função dessas alterações “a política local ficou abandonada nas mãos dos boticários, donos de armazéns, escrivães e outras pessoas de destaque da classe média local”.⁹

É um esvaziamento que ocorre, porém não vem significar a paralisação das atividades urbanas, pois a cidade ganha nova fisionomia. Quem são os grandes proprietários, representantes da elite cafeeira.

O fator que parece ter realmente impulsionado crescimento da cidade foi exatamente o seu caráter de centro ferroviário. Atua como o local da residência dos ferroviários, gerando uma demanda razoável de bens, principalmente pelo fato de se considerar que a CPEF contava com aproximadamente dois mil empregados em 1892.¹⁰

(6) Troppmair, Helmut - op. cit., p. 83.

(7) Novo Almanack de São Paulo para 1883. São Paulo, Jorge Seckeer, 1882.

(8) Hogan, Daniel J. et alii - op. cit. p. 16.

(9) Dean, Warren - Rio Claro, um sistema brasileiro de grande lavoura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 56.

(10) Hogan, Daniel J. et alii - op. 46.

É nesse momento que Rio Claro ganha impulso tanto em desenvolvimento como em crescimento, pois os ferroviários aí residentes agem como estímulo para ampliar a oferta de bens e serviços em geral. A ferrovia expande a cidade, expande o mercado de trabalho e acarreta o aumento da demanda por bens e serviços. Rio Claro cresce. Deixa de ser "ponta de trilho". A linha ferroviária estende-se além dos seus limites e a cidade vai adentrar o século XX, como um núcleo urbano de importância.

Os últimos treze anos do século XIX - 1887 a 1900 - marcam uma expansão urbana de "setenta e um quarteirões. O novo espaço urbano envolve já existente. Atrás da estação da Estrada de Ferro, junto ao pátio de manobras, surgem dois quarteirões que passam a ser o embrião da Cidade Nova".¹¹

Uma usina hidrelétrica começou a funcionar regularmente no Ribeirão Claro em 1900. A cidade já era iluminada a lâmpadas de arco voltaico e já possuía uma rede telefônica. Destacavam-se também oficinas para a construção de carruagens, selarias, olarias, serrarias, uma fábrica de calçados, algumas tipografias, oficinas mecânicas e de fundição. Pequenas indústrias produziam massas, sabão, vinagre, colchões, chapéus de palha, charutos, etc e uma grande cervejaria vendia cerca de 600 mil litros de bebida para todo o estado.¹²

A grande demanda de produtos, pela zona rural e mais a existência de um numeroso proletariado urbano, estimulava a melhoria do setor de serviços. Assim, já existiam na cidade várias repartições públicas, hospitais, um teatro, cinemas e igrejas. Esses eram fatores que evidenciavam o revigoramento do crescimento urbano.¹³

A crise da economia cafeeira do final do século atinge Rio Claro, apesar de não ter sido suficientemente forte para provocar a decadência da cidade. A partir desse momento, isto é, já por volta do início do século XX, Rio Claro passa a sobreviver das atividades de pequenas indústrias e sobretudo em função das oficinas da CPEF aí instaladas.

Até certo ponto, isto foi possível porque o centro urbano já havia adquirido um dinamismo próprio de sustentação e crescimento. A demanda do mercado interno era suficiente para sustentar e manter um pequeno setor comercial e também para provocar o aparecimento de pequenas indústrias de bens de consumo.¹⁴

(11) Troppmair, Helmut - op. cit. p. 83.

(12) Dean, Warren - op. cit., pp. 155 e 156.

(13) Dean, Warren - op. cit., p. 156.

(14) Sampaio, S. Selingardi - "A influência de Rio Claro: contribuição ao estudo da descentralização espacial da indústria no Estado São Paulo", in Geografia, vol. 12, nº 24, out. de 1987, p. 22.

No entanto, é importante salientar que as oficinas da CPEF não atuaram como elemento gerador de novas atividades industriais. O fato de elas serem auto-suficientes em produção, não levou ao surgimento de indústrias subsidiárias. Apenas atuaram como fonte de demanda de um grande contingente de mão-de-obra local e também de bens de consumo.

Rio Claro adentra o século XX com um número muito reduzido de unidades industriais e assim permanece até por volta da década de 1940.

As causas desse retardo foram várias. Entre elas podemos citar: a pequena acumulação de capital, principalmente porque a maior parte dos lucros advindos do café não foram investidos na cidade e a prolongada dependência creditícia para com a capital, pois o primeiro banco só se instalou em Rio Claro, em 1926.¹⁵

Esses fatos contribuem para acentuar os baixos investimentos no setor industrial - décadas de 20 e 30 - o que vem dar a Rio Claro, a característica de um centro urbano voltado mais especificamente para as atividades da pequena indústria de bens de consumo. Apenas destacamos a Cervejaria Rio Claro com 80 empregados e as oficinas da CPEF com 900 empregados, representando as atividades de maior vulto na cidade no período em questão.

Ainda nas décadas de 20 e 30, há referências na cidade de fábricas de bebidas, chapéus de palha, de chinelos, de sabão, de colchões, de saltos de madeira para sapatos, de carroças e charretes.

Desta forma, todos os depoimentos obtidos com antigos ferroviários são unânimes em afirmar que a CPEF oferecia o melhor emprego na cidade, sendo portanto o mais seguro, pela estabilidade que proporcionava ao empregado.

A maior ênfase ao setor industrial - décadas de 20 a 40 - se deve à retração das atividades agrícolas no município.

Em 1920, 64,4% da população ativa estava vinculada à agricultura, já em 1940 esta porcentagem baixou para 48,9%. Por outro lado, a população ativa vinculada à indústria cresceu de 17,6% para 19%.¹⁶

Somente a partir de 1940, Rio Claro vai se beneficiar de um surto industrial, com a recuperação do setor cervejeiro, com o surgimento de novas indústrias e também com a instalação, na cidade, de uma unidade têxtil das Indústrias Ermelindo Matarazzo. A espinha dorsal da industrialização

(15) Sampaio, S. Selingardi - op. cit., p. 21.

(16) Troppmair, H. - op. cit., p. 84.

local continuava sendo as oficinas da CPEF, sua presença era marcante na vida da cidade, chegando a defini-la como “cidade-ferroviária”.¹⁷

Em 1950, a CPEF em seus diversos setores, contava com cerca de 2.391 operários, sendo que cerca de 1.650 em suas oficinas mecânicas, tornando Rio Claro o maior centro ferroviário do Estado.¹⁸

Essa situação se reflete no setor urbano que cresce e ganha complexidade. A cidade experimenta um novo impulso, são 296 novos quarteirões a ela incorporados. Surgem novos bairros e a cidade continua a se industrializar.¹⁹ Talvez, o maior empecilho a um maior desenvolvimento possa ser atribuído à má qualidade no fornecimento de energia elétrica e no abastecimento de água, e é justamente nestes setores que a CPEF vai atuar, tentando minimizar as conseqüências para a população.

Inúmeros foram os benefícios realizados pela CPEF à cidade de Rio Claro. Um deles diz respeito justamente às precárias condições em que se encontrava a questão do abastecimento de água em Rio Claro, no período estudado. Esse problema era crônico, e a CPEF sempre procurou minimizá-lo, através da distribuição de água de seus poços artesianos à população rioclareense.

Outro problema dizia respeito ao fornecimento de energia elétrica feito pela Central Elétrica de Rio Claro uma empresa pequena, operando com pequenas usinas de reduzida capacidade, o que dificultava o atendimento adequado da energia elétrica à população. Também neste aspecto a CPEF deu sua contribuição fornecendo-a à Santa Casa da Misericórdia.

Grande parte dos bairros existentes na década de 30 e 40 foram construídos em função das oficinas. Eram bairros próximos à linha ferroviária e às instalações das oficinas, facilitando a locomoção dos ferroviários até o local de trabalho. “Rio Claro, especificamente Cidade Nova, Vila Operária, Vila Paulista, Vila Alemã, todos esses núcleos foram montados em torno das oficinas da CPEF. Eram mais ou menos 2.600 famílias que estavam ao redor da oficina de Rio Claro”.

Além dos benefícios prestados e também de agir como um elemento agregador e formador de bairros operários, as oficinas da CPEF “emprestavam” seus ferroviários para executarem serviços de todas as espécies à comunidade rioclareense, marcando significativa presença como

(17) Bilac, Elisabete D. - op. cit., p. 36.

(18) Bilac, Elisabete D. - op. cit., p. 38.

(19) Troppmair, H. - op. cit., p. 84.

mão-de-obra para serviços diversos, que eram realizados como “bicos” pelos ferroviários, para complementarem o seu baixo salário.

Diante dessa breve retrospectiva histórica, vimos que Rio Claro como centro urbano cresceu com o café, porém, ele foi a causa de seu declínio ao adentrar o século XX. O café marcou a sua fisionomia urbana desenvolvendo a cidade e dando a ela características peculiares de desenvolvimento. Juntamente com o café a ferrovia também ocupou o seu espaço, incentivando a expansão urbana e dando à cidade a retaguarda após a crise cafeeira. Sem a ferrovia, principalmente sem as oficinas da CPEF, a cidade não teria condições de superar o seu retardo e, de retomar um novo rumo de desenvolvimento.

TEÓFILO OTONI E A REVOLUÇÃO LIBERAL

Waldemar de Almeida BARBOSA

O transcurso de sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842 oferece oportunidade para esclarecer um equívoco muito generalizado. Muitos jornalistas e alguns escritores se referem a Teófilo Otoni como chefe da Revolução Liberal de Minas, quando a verdade é muito diferente.

O líder liberal sempre se manifestou contrário ao recurso às armas. Em vários pronunciamentos, deixou claro seu pensamento. Na Circular aos eleitores de Minas, declarou: “Como não queríamos, nem supúnhamos a guerra civil, os que estávamos no Rio não mandamos para Minas nem uma espingarda, nem uma libra de pólvora”.

Desde que estourou a Revolução Liberal de Minas, em 10 de junho de 1842, passou a casa de Otoni, no Rio, a ser vigiada pela polícia. Na noite de 15 para 16 daquele mês, enquanto se festejava, no Rio, uma vitória legalista em São Paulo, o líder liberal fugiu e veio colocar-se ao lado de seus correligionários rebeldes. O historiador da revolução, Cônego José Antônio Marinho, ressaltou o ato de extrema lealdade de Teófilo Otoni.

Durante todo o tempo em que esteve junto aos rebeldes, procurou mostrar a inutilidade do movimento militar, ante o desastre da Revolução Liberal de São Paulo. No Capão do Lana, nas proximidades de Ouro Preto, no fim de julho, apresentou Teófilo Otoni, por escrito, uma proposta de rendição a Caxias, que já se aproximava com suas tropas. A proposta continha três itens. 1º O chefe civil da revolução, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, lançaria um manifesto, explicando a toda a província que a Revolução de Minas fora feita exclusivamente para apoiar a de São Paulo. Pacificada essa província, deviam os mineiros depor as armas. 2º Uma cópia do manifesto deveria ser enviada ao Barão de Caxias, com a declaração de que, a fim de evitar maior efusão de sangue, depunham os mineiros as armas, depois da estupenda vitória de Queluz e se entregavam à discricção da clemência imperial. 3º Todas as pessoas notáveis que se

encontravam no acampamento, tendo à frente o presidente interino, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, se fossem apresentar ao general legalista.

Todos os comandantes militares e líderes civis concordaram com a proposta, mas José Feliciano vetou o terceiro item, e a proposta caiu.

Em Santa Luzia, terminada a batalha de 20 de agosto, às 5 horas da tarde, na ausência do chefe civil, que desaparecera na noite anterior, sem se despedir de ninguém, Teófilo Otoni reuniu todos os comandantes militares - Galvão, Alvarenga, Lemos, Severino, Zeferino, Manuel Tomás, Pedro Álvares, Guerra - e os líderes civis, expôs novamente a necessidade de pôr fim ao movimento armado. E concluiu assim: os rebeldes poderiam sair vitoriosos, mas a província ficaria arrasada. Todos concordaram em dar por terminada a revolução. Os coronéis Galvão e Alvarenga, com suas forças, por precaução, colocaram-se num ponto estratégico, a Ponte Grande, enquanto os diversos contingentes se preparavam e, com suas armas, se punham em marcha, cada um rumo a seu destino. Na mais perfeita ordem, foram-se retirando os diversos grupos militares e, com todo o seu armamento, marcharam em direção a Santa Quitéria, São João del-Rei, Santa Bárbara etc.

Às 19 horas, depois da partida do último batalhão, os coronéis Galvão e Alvarenga, com suas tropas e suas armas, partiram rumo a Lagoa Santa e, um pouco além, no arraial de Matozinhos, redigiram e assinaram uma declaração, pela qual davam por encerrando o movimento armado. (Este documento pode ser visto no Arquivo P. Mineiro).

Teófilo Otoni e outros sete líderes civis, entre eles o vigário colado de Barbacena, Pe. Joaquim Camilo de Brito, dirigiram-se a uma casa situada na Rua do Rosário, esquina do Beco da Rua de Trás, e aí esperavam, sentados, a chegada dos legalistas. Precisamente às oito horas da noite, as tropas legalistas entraram em Santa Luzia e prenderam os oito líderes civis desarmados.

Os historiadores que escrevem sobre o assunto deveriam raciocinar sobre o seguinte: como explicar que um general vitorioso, depois de uma batalha, não aprisiona nenhum batalhão, não captura nem uma espingarda?

A CONQUISTA DO PODER PELA BURGUESIA

Norma Felicidade L. da SILVA

Se às cidades coube, na alta Idade Média, legislar regularmente as atividades econômicas locais, agora é o Estado a quem cabe proteger a indústria e o comércio dos seus súditos, circunscrevendo aos limites do território nacional as linhas de ação contra a concorrência estrangeira.

Inspirada nos exemplos das cidades, a política econômica monárquica será uma política urbana estendida aos limites do Estado, conservando o caráter protecionista de que se impregnara as primeiras, apoiada pela Burguesia.

Com a ascensão da Burguesia desenvolvem-se novas indústrias, estabilizam-se os mercados nacionais, liberta-se de entraves e obstáculos o comércio local e o comércio exterior recebe proteção e ajuda.

Este foi o primeiro passo na conquista do poder pela Burguesia, mediante o qual esta não realiza diretamente uma revolução, mas limita-se a apoiar a ação revolucionária de reis e imperadores.

A conquista do poder pela Burguesia tornou-se inevitável, quando os reis, que ela levou à autoridade suprema, a traiçoearam, aliando-se com a Nobreza vencida.

A Monarquia foi o primeiro refúgio da Burguesia contra os privilégios feudais, a exploração pelos nobres, e a exceção que estes gozavam quanto aos cargos fiscais. Foi uma solução temporária. As forças opostas ao feudalismo apoiaram durante certo tempo a Monarquia; mas quando o monarca, liberto das limitações que lhe impunha a senhoria feudal, se rodeou dessa mesma senhoria, da qual nada tinha já que temer, para fazer frente aos Burgueses, cuja força aumentava dia a dia, estes tiveram que voltar-se para atacar a posição assumida pelo rei.

A senhoria feudal vencida, transformou-se em nobreza cortesã, isto é, numa classe parasitária de servidores e aduladores do rei.

A nobreza cortesã já não ocupa uma função social útil; visto que abandona as responsabilidades militares, políticas e administrativas que lhe estavam confiadas durante a etapa feudal.

Ao transferirem-se os nobres para as cortes, a administração das suas vastas propriedades fica nas mãos de encarregados ou administradores, cessando os proprietários de exercer a sua função de superintendência e direção da agricultura.

Latifundismo e absentismo manifestam-se, pois, em toda a sua irritante nudez. O caráter parasitário dos grandes proprietários de terras torna-se cada vez mais evidente aos olhos dos camponeses e dos vilões.

Para suprir a diminuição das rendas dos seus cortesãos, o rei usava brindá-los com todo o gênero de presentes. A liberalidade da Coroa paracom a Nobreza aumentou extraordinariamente as despesas da corte. Esse aumento dos gastos requereu novos impostos, que foram ferir os interessescapitalistas da Burguesia. Assim, o parasitismo cortesão gravitou pesadamente sobre os homens do povo em geral e, em particular, sobre os comerciantes, industriais e financistas, que possuíam um capital coletável.

Os cargos feudais sobreviveram aos senhores feudais, que tinham desaparecido ao tornarem-se socialmente inúteis. Estes cargos transformaram-se, então, nos privilégios dos nobres, que não prestavam os serviços sociais para os quais esses privilégios tinham sido a paga. Atacados violentamente pelos burgueses, e defendidos com energia pelos feudatários, os privilégios feudais foram de efinitivamente abolidos, principalmente na França, pela revolução burguesa de 1789.

A derrota política dos nobres às mãos dos reis, que os tornou humildes perante o monarca, em nada diminuiu a sua insolência nem limitou a sua arrogância frente à Burguesia. Entre o capital dos proprietários de terras e o ouro dos burgueses, por conseguinte, não cristalizou nenhuma aliança. Pelo contrário, os laços de sangue e o espírito de classe, que o rei e os nobres tinham em comum, produziram a união do primeiro com os últimos para enfrentar as ambições da Burguesia.

Dessa maneira, os esforços da Burguesia para conquistar um plano de igualdade com respeito à Nobreza foram frustados; e os burgueses, fracassados no seu primeiro empenho, não tiveram mais saída do que aproximarem-se do povo, dos camponeses e da plebe, para fomentar uma nova revolução, que os libertasse ao mesmo tempo dos nobres e do seu antigo aliado, o rei.

Assim surgiu o processo que culminou nas revoluções burguesas.

Os burgueses estavam convencidos de que só assumindo diretamente o poder conseguiriam as garantias políticas indispensáveis para o desenvolvimento e prosperidade das suas empresas. Começa, então, novamente, a forjar-se nas cidades uma doutrina revolucionária.

A nova ideologia já não virá a defender a autoridade absoluta dos monarcas, e muito menos a proclamar o seu direito divino; mas, pelo contrário, terá de apresentar argumentos para rebater essas teorias.

Na luta que se avizinha, a Burguesia encontrará a Igreja unida ao poder real, com o qual se identificará em virtude da doutrina do governo por direito divino, que adquirira extraordinário relevo. O movimento revolucionário da intelectualidade burguesa não poderá, por conseguinte, ser unicamente político, mas levará implicitamente a uma reforma religiosa. Daí seu racionalismo.

Uma vez mais a ideologia crítica dos centros urbanos se estenderá a todo o território nacional, conquistando o apoio dos camponeses e do povo em geral.

Como a Burguesia necessitasse ainda mais do que antes do concurso popular, as novas doutrinas políticas se fazem simpáticas ao povo no seu conjunto, e não unicamente aos detentores do capital.

Sob o governo dos reis absolutos, verificou-se a unidade nacional, fundindo todos os habitantes do Estado numa consciência comum. O povo unido, e identificado com o novo conceito de nação, torna-se então a força com que contará a Burguesia para levar a cabo a revolução.

Ao mito da soberania real por direito divino, opor-se-á, agora, o mito da soberania nacional.

E para que o povo uma vez mais se entusiasmasse ao ponto de chegar à rebelião e aos sacrifícios, tornou-se necessário pregar-lhe doutrinas universais de igualdade, de fraternidade de liberdade política. Para estimular ainda mais o zelo revolucionário, tornou-se indispensável oferecer-lhe uma intervenção direta no futuro governo.

A partir desse momento, a Burguesia toma o poder só para si, e não mais o larga.

HOUVE "REVOLUÇÃO" NO BRASIL DURANTE A "REPÚBLICA VELHA"?

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Nossa intenção nestas rápidas linhas é apenas a de trazer à reflexão o que entender por "revolução", a fim de aquilatarmos o que ela representou em alguns momentos ao longo dessa trajetória histórica brasileira. Salientamos que o assunto se reveste de caráter polêmico, sobretudo nos dias que vivemos, em que o país está atravessando uma fase difícil cuja concreta solução definirá nossa vida ulterior, ou seja, a liberação nacional, a emancipação econômica pela liquidação do domínio imperialista sobre as fontes de nossas riquezas, o que importará, sem dúvida alguma, em radical mudança na estrutura do Estado Brasileiro.

Assim, antes de tudo, devemos considerar a própria origem da palavra "revolução": toda revolução é uma promessa de vida melhor, o compromisso de novo princípio de vida. Não é, pois, por acaso, que tal palavra nos vem da astronomia, do estudo do mundo planetário. A mecânica celeste, Copérnico a descreve num tratado que tem o título *De Revolutionibus Orbium Coelestium*. Revolução era assim palavra estelar; depois, desceu do céu, onde significava as rotações dos planetas, para, na terra, significar rotações na vida dos Estados e das sociedades humanas. E, até hoje, na mente dos homens, revolução é palavra propulsora; nela palpita a aspiração para o alto, para o melhor.

Não vamos aqui analisar todas as ambigüidades que o termo encerra; todavia, enfatizamos que a "revolução" é irreversível, até porque provoca mudança estrutural tão profunda que a estrutura derrogada é incapaz de ser restaurada. Com isso, estamos dizendo que "reformas políticas" são movimentos de superfície, reversíveis, enquanto que quando é levada a efeito uma "revolução social", é criada uma nova estrutura sócio-econômica que impossibilita qualquer processo de reversão histórica.

Assim pensando, cremos que, no caso brasileiro, considerada como transformação no seio da sociedade no período que abordamos, a “revolução” teve seus primórdios a 5 de julho de 1922, quando, nas areias de Copacabana, Siqueira Campos e seus companheiros escreveram a epopéia dos “18 do Forte”.

Novamente, a 5 de julho de 1924, em São Paulo e, depois, com a marcha da “Coluna Prestes”, a “revolução” brasileira conheceu novos momentos de expansão nacional. Ocorreu em 1930, data em que as oligarquias rurais e a burguesia comercial principiaram a perder o controle do poder político, substituídos pela classe média ascendente, cujo idealismo se exprimiu no movimento conhecido por “Tenentismo”. Observe-se, todavia, que o movimento de 30 foi de caráter reformista e não revolucionário, uma vez que não chegou a promover alterações na estrutura da sociedade brasileira e muito menos qualquer ruptura profunda na ordem social dominante.

1930 foi, portanto, apenas o início de uma revolução. Talvez por isso mesmo é que desde 1922 os movimentos insurreicionais brasileiros, por terem sido sempre movimentos de classe média, determinaram ao processo político geral apenas a história de uma revolução malograda. Dessa forma, a “revolução” brasileira fracassada em 22 e em 24 e semi-frustrada em 30, permitiu 1937, primeiro surto fascista no país.

E então? Não tivemos “revolução” no país durante a “República Velha”? Reflitam comigo: revolução não deve provocar crise como as que verificamos ao longo do processo histórico... Daí pensarmos que as reformas ocorridas, chamadas mesmo de base, pouco ou quase nada representam, pois não resolveram o impasse criado por uma sociedade incapaz de superar suas próprias contradições, apesar de o Estado, a partir dos anos 50, haver estabelecido seu comando sobre o avanço do capitalismo (sobretudo no que se refere a uma direção econômica), deixando claro que o corporativismo estatal, desde os anos 30, foi prevalente na articulação direta dos setores sociais aos órgãos centrais de decisão. Daí considerarmos, vista da perspectiva de novembro de 1930, o que foi a chamada “revolução”, apenas mais um capítulo na história das lutas entre as elites, em lenta transformação, e cuja dominação da política brasileira vinha desde a Independência. pelo fato de não haver no país, em 1937, condições para um movimento revolucionário popular de grande envergadura, já que o povo estava “embalado” por algumas “conquistas sociais”, aceitou o Estado Novo sem organização, sem liderança, enfim, esperando... E será que nos dias que atravessamos a liberdade suprema, que é a liberdade de viver num clima de igualdade e fraternidade já foi facultada ao homem brasileiro, que até hoje está atrelado ao reino das necessidades? Por que não conquistá-la?...

KIPLING E O BRASIL

Duflio BATTISTONI FILHO

Um dos grandes escritores de língua inglesa que povoaram nossa imaginação na adolescência, pela sua beleza, fantasia e idealismo foi o poeta, romancista e dramaturgo Rudyard Kipling. Quem o lê, fica, antes de mais nada, profundamente impressionado com a forte carga moral que se desprende de cada uma de suas páginas. Por essa razão, diante de uma figura como a dele, tão significativa e, sob certos aspectos, exemplar, cremos não ser tanto aos critérios estritamente literários a que devemos recorrer para compreender o valor de seu testemunho em nosso século, mas, de preferência, àquele que nos possa fazer medir a grandeza de uma consciência sempre coerentemente empenhada em encontrar uma resposta válida para a sede de justiça e liberdade que sabidamente marcou toda a sua obra.

Este notável homem de letras nasceu em 1865, na metrópole comercial da Índia Britânica, Bombaim, de cultos genitores ingleses, ambos filhos de pastores metodistas. Seu pai era professor de Arte e fora à Índia convidado para dirigir o Museu de Lahore, hoje, Paquistão.

“Rudy”, como era conhecido na intimidade, recebeu uma indelével iniciação afetiva ao mundo indiano de uma ama-seca, uma católica indo-portuguesa de Goa, depositária de um tesouro de provérbios, invocações e cantilenas infantis. Esses primeiros anos de sua infância passados na terra de Gandi, foram felizes para ele onde aprendeu a língua do país e pode sentir toda a sua magia.

Piores foram os anos seguintes, vividos na pequena cidade inglesa de Southsea, sob a vigilância cruel de uma preceptora extremamente sádica, em nome de princípios moralístico-religiosos. Nesta fase o menino se agarra a uma tábua de salvação: a leitura. Aprende rapidamente a ler para poder receber cartas e livros de casa. Lê a despeito da “bruxa” que lhe diminui inclusive este conforto. Lê até arruinar os olhos, impedindo prematuramente a tão sonhada e cobiçada carreira militar, e encaminhan-

do-se assim, sem o saber, em direção a uma vocação muito mais autêntica: a literatura. Os traumas infantis lhe causarão uma tendência irreversível à insônia e a depressão. Um médico chegou a lhe diagnosticar uma quase cegueira e ele é punido por isso, sendo segregado de sua irmã Trix, como um perigoso hipocondríaco. A mãe acorre da Índia e o menino ao vê-la, instintivamente esconde o rosto com os braços. Mas o garoto continua a ler bons livros quanto publicações sem valor, mas através daquele laboratório transformador que é a sua mente infantil, parte daquela bagagem sedimentada na memória e que será depois o ponto de partida, para algumas de suas obras mais importantes.

Aos 17 anos, após concluir seu período escolar na Inglaterra, retornou para companhia dos pais em Lahore. E no reino fantástico da rainha britânica e imperatriz indiana, Vitória, logo teve início a fascinante carreira do escritor como redator da Gazeta Militar e Civil da mesma cidade.

Nesses anos começam a aparecer seus primeiros livros, inicialmente recusados pelas grandes editoras, mas que circulam em pobres quiosques ferroviários indianos. Após uma permanência de sete anos na Índia, Kipling retorna à Inglaterra como autor já consagrado, especialmente quando a crítica inglesa tece loas ao seu romance "A luz que falhou", história de um pintor que fica cego. Nessa obra podemos constatar alguns fatos relacionados com sua vida, como por exemplo, a aridez e impiedade de algumas personagens femininas e a grande predileção pelo mundo da caserna. Na realidade podemos formular interessantes teorias notadamente psicanalísticas, freudianas mesmo, em muito de seus livros. No entanto, nós simples leitores, leigos no assunto, preferimos não nos deter em análise arriscadas, deixemo-las para os críticos literários. Para nós interessam mais a dignidade e a coragem dele na adversidade, que poderiam ter sido desastrosas, mas que se tornaram a força vital pela qual Kipling foi amado como o grande mestre do estoicismo.

Mesmo assim chegou a sofrer críticas de colegas literatos que torcem o nariz, ao considerá-lo grosseiro e presunçoso. Wells e Conrad, seus vizinhos de casa o desprezam, mas Kipling segue o seu caminho não dando ouvidos a seus concorrentes e adversários. Apesar da pouca saúde, não só visita, mas sobretudo se detém, com adesão e grande interesse, em lugares e com pessoas, na África do Sul, na Austrália, na Nova Zelândia e na Índia meridional. Escreve sobre pessoas e profissões, animais e máquinas, oceanos e desertos, campos e embarcações, com uma competência que maravilha até os especialistas.

Em 1892, ao visitar os Estados Unidos, resolve morar na cidadezinha de Battlboro, Estado de Vermont, onde reside por quatro anos, casa-se com uma americana e tornar-se pai de duas filhas. Trava amizade com Theodore Roosevelt e Mark Twain que lhe contam histórias fantásticas sobre costumes do Velho Oeste americano. Tanto é verdade que Kipling escolheu elementos americanos como estradas de ferro, a saga dos pioneiros e a vida dos pescadores na Nova Inglaterra como temas de suas histórias.

Foi em terras americanas que escreveu os dois livros mais fascinantes que a literatura universal, registra "Os dois livros das Selvas", repletos de histórias mirabolantes da mágica floresta tropical. Estes livros encantaram gerações. Quem não se recorda do menino Mógli, criado pelo bom lobo Akela, da sábia serpente Casca, do paciente urso Balu e dos desenfreados macacos sem lei? Toda esta história foi imortalizada em Hollywood, nos desenhos de Walt Disney e nos filmes encantadores interpretados pelo ator indiano, Sabu.

O mundo animal de Kipling que assume pensamentos humanos, políticos e morais, propunha com imagens brilhantes novos rumos para a fantasia, nobres metas em busca da própria identidade e felicidade. Mais do que o que se conta e até quem conta, pesa em literatura o como se conta. E para ele, escrever era um exercício de linguagem com toque de magia.

Também George Orwell com seu "Animal Farm" serviu-se da fantasia satírica dirigida contra o stalinismo ao mostrar-se um alegorista profético.

Este tipo de literatura torna-se atual na medida que nossa vereranda crença em um mundo racional e mecanizado está se fragmentando. Em uma era, que se caracteriza pelo avanço da ciência e tecnologia, pela guerra computadorizada, é impressionante também constatarmos o fascínio exercido pelos símbolos e motivos místicos que trazem de volta noções de um universo medieval encantado. Na verdade, tudo indica que o retorno do místico e do mágico tenha um significado mais amplo. Estão aí os trabalhos do acadêmico João Ribeiro Júnior a demonstrar.

Em 1898, Kipling visita a África do Sul como correspondente de guerra, para cobrir o conflito anglo-boer. Foi hóspede de Cecil Rhodes, o último aventureiro do imperialismo britânico, magnata dos diamantes e autor do ousado projeto da estrada de ferro Capetown-Cairo. Aí, Kipling escreveu os versos "O Fardo do Homem Branco" que lhe valeu a etiqueta de imperialista, poeta de uma raça eleita, a anglo-saxônica, à qual compete a tarefa de civilizar os povos atrasados. Tãmanha foi a repercussão dessa obra que Theodoro Roosevelt fez dela o seu "livro de cabeceira", quando presidente dos Estados Unidos ao inaugurar a política do "big stick".

Aqui devemos ressaltar que o tão propalado imperialismo do escritor não tem razão de ser, pois modernas pesquisas em universidades americanas provam que ele nunca se deixou levar por motivos racistas, não pertenceu à raça dos profetas, mas à dos testemunhos de uma época e que seu timbre indiano era forte demais para que pudesse se envolver em ofensas a países e povos.

Mais tarde estabelecendo-se em Sussex, Inglaterra, atingiria o zênite de sua carreira literária com a publicação do romance "KIM", em 1901, uma história comovente do órfão irlandês, Kimball O'Hara, o pequeno amigo de todo o mundo, ambientado nos recantos mais longínquos de Lahore, que, ao lado de um velho monje, faz longa peregrinação pelo norte da Índia em busca da água que o libertará do círculo dos apegos terrenos. Neste romance, revela-se a Índia com seus vilarejos e cidades, camponeses e comerciantes e suas diversas raças e castas. Segundo o crítico americano Edmund Wilson, Kipling, nesta ocasião, estava seriamente influenciado pelo Budismo e pela reencarnação. O mundo do além, do Lama voltaria em suas obras nas formas e situações mais diversas.

A ressonância de suas obras foi tal que Lord Baden-Powel, o fundador dos escoteiros, em 1915, pediu a Kipling que este autorizasse os Livros das Selvas como modelo do novo sistema educativo dos escoteiros-mirins. A sociedade com Powel foi um dos pontos mais favoráveis à fama do escritor. Além do mais torna-se membro exclusivo do sofisticado Clube Ateneu, além dos títulos honoríficos das universidades do Oxford e Cambridge.

Aos 42 anos, em 1907, no apogeu de sua carreira literária, recebeu o Prêmio Nobel pelo conjunto de suas obras. Era o justo reconhecimento e consagração a um autor tão estimado pelas elites com as demais classes sociais. Entretanto, mais tarde com a morte do filho John na Primeira Guerra Mundial, fruto de seu segundo casamento, sua vida se transformaria, perdendo conseqüentemente a seiva que o alimentara por muitos anos e a robusta e límpida inspiração. Este acontecimento o abala profundamente a ponto de buscar refúgio na leitura da Bíblia. No pequeno cenotáfio do filho após estas palavras: "A John. Deus sabe quem és".

Desiludido e para esquecer este infortúnio realiza uma série de viagens pelo mundo. Chegou a escapar ileso do terremoto de Tóquio em 1923. Esteve no Brasil, como veremos adiante, e redescobriu a França, um velho amor. Não podemos esquecer que um dos momentos mais gloriosos

de sua carreira literária foi a publicação de "If" poema de rara beleza e tão cultuado nos quatro cantos do universo, assim como os contos, "Gunga Din" e o "Homem que queria ser rei" adaptados ao cinema com grande sucesso.

Kipling morreu em 1936, retraído em sua casa de campo em Sussex pouco depois de completar 70 anos, 11 antes da independência da Índia. Levaram-no à sepultura, homens de ação, um general, um almirante e o primeiro-ministro de sua majestade. Nenhum literato o acompanhou. Mas seus restos mortais se encontram na Abadia de Westminster, lá no recanto reservado aos grandes poetas. Seu túmulo fica ao lado do de Charles Dickens.

Kipling sempre manifestou desejo de visitar um dia o Brasil. Era um sonho antigo. Nosso país sempre o fascinou, pelo seu exotismo, belezas naturais, convivência racial e pela leitura dos viajantes que por aqui passaram.

No carnaval de 1927 para cá aportou com a finalidade também de divulgar sua obra, conhecida somente através de edições inglesas, francesas e espanholas. É necessário destacar que saíram no Brasil, na década de 30, algumas brilhantes traduções como, "Mógli", "Jacalá, o crocodilo", ambas de Monteiro Lobato, sendo que Kim foi traduzido por Batista Pereira e o admirável "If", por Guilherme de Almeida.

Hospedando-se no Rio de Janeiro, no Hotel Glória, foi alvo de inúmeras homenagens de intelectualidade brasileira, especialmente aquela proporcionada pela Academia Brasileira de Letras, quando foi saudado por Rodrigo Otávio, seu presidente, segundo pelo acadêmico Gustavo Barroso.

Designado pelo presidente da República, Washington Luís, o escritor Antonio Batista Pereira foi o cicerone de Kipling quando este conheceu os pontos turísticos da Cidade Maravilhosa. Aliás, entre os dois nasceria uma sólida amizade que se atesta na correspondência que mantiveram.

Aqui abramos um parêntese e destaquesmos um pouco a obra de Batista Pereira tão esquecida pelos brasileiros mas importantes para nós campineiros e paulistas.

Nascido no Rio Grande do Sul era ainda adolescente quando se mudou para São Paulo, tendo uma particular afeição pelos paulistas, já que lá cursou a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Afeiçoado às letras e à História era dotado de prodigiosa memória. segundo os analistas, reproduziu muitas vezes trechos inteiros dos nossos clássicos.

Foi sempre muito ligado a Campinas, pois, aqui viveu algum tempo quando, aos 21 anos de idade, no início do século, inscreveu-se ao concurso de provimento da cadeira de Literatura no tradicional Ginásio do Estado, hoje o nosso Culto à Ciência. Ficou em segundo lugar perdendo para o grande Coelho Neto. Conquanto não tivesse obtido o primeiro lugar, seu nome projetou-se no cenário cultural brasileiro, como o de uma grande esperança das letras nacionais, pelo talento e cultura que demonstrou em todas as provas.

Genro de Rui Barbosa, sempre dizia que em nosso Estado se encontravam os melhores exemplos de bustos do grande escritor baiano, de todos que conhecera no Brasil. Afirmava que Campinas, com seu civismo e patriotismo, tivera a honra de esculpir o primeiro busto do Brasil, inaugurado a 5 de novembro de 1924; o de Monte Azul Paulista primava pela sua beleza estética. Dou testemunho desta afirmação, pois residi durante algum tempo nessa última cidade.

Batista Pereira, inimigo da ditadura de Getúlio Vargas, foi um ardoroso defensor da causa paulista de 1932, quando chegou a ser preso no Rio de Janeiro. Na cela do presídio da Rua Frei Caneca fez circular entre os companheiros um jornal manuscrito, denominado "Diário da Capela", memorial dos dias ali passados e que mais tarde seria transformado em livro do mesmo nome.

Nesta ocasião Campinas foi palco dos bombardeios realizados pelos aviões da ditadura, e Batista Pereira, condoído pela situação da cidade, escreveu uma espécie de composição poética lírica a ela dedicada e que o acadêmico Odilon Nogueira e Matos em boa hora chegou a reproduzir duas vezes em sua Notícia Bibliográfica e Histórica. Quem não se recorda do refrão: Deus te guarde Campinas!

Muito teríamos que falar sobre sua obra histórica, mas outros historiadores já o fizeram notadamente na grande homenagem a ele realizada por ocasião do centenário de seu nascimento em 1980. Neste particular é digna de registro a atuação de instituições culturais e entre elas a Academia Paulista de História e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pela lembrança do grande escritor.

De sua numerosa bibliografia ressaltamos alguns livros que permanecem como fontes inesgotáveis de estudo. Convém lembrar "Figuras do Império e outros ensaios", "Vultos e episódios do Brasil", além dos seus trabalhos sobre São Paulo e Rui Barbosa.

Todavia, deixemos de divagações e voltemos às andanças de Kipling pelo Rio de Janeiro. Sempre visitando os pontos de atração desta

cidade, encantou-se com a Baía da Guanabara, cuja beleza comentou: “pode haver águas mais belas em algum lugar, mas nem Sidney, nem Capetown, que eu sempre julguei supremos nos seus gêneros, podem comparar-se com estas em tamanho o qual afinal de contas, não importa muito - mas em indescritível diversidade, cor, amplitude e esplendor de cenários”.

Maravilhou-se com os foliões dançando nas ruas do Rio de Janeiro, num espetáculo riquíssimo de coreografia e exotismo. Achava que os brasileiros eram mais dados às cores do que os povos orientais. Comentou: “todos se vestem com todas as espécies de fantasias, enchem os carros, compram ilimitadas serpentinas de papel que se desenrolam metros e metros a um simples impulso. Durante três dias e três noites, ninguém faz nada senão andar pelas ruas, aglomerar-se e bombardear os vizinhos com serpentinas e esguichos de um terrível perfume”.

Estando no alto do Corcovado pôde descortinar uma vista panorâmica da cidade de indescritível beleza. Descendo pela hoje avenida Niemayer, observou que a praia lhe recordava o começo do Cabo da Boa Esperança, pela configuração e até pela cor da areia. Chegou a conversar com os pescadores locais, fazendo-lhes muitas perguntas acerca das condições de pesca e equipamentos.

Kipling tinha uma insaciável curiosidade por tudo, desde plantas, árvores, abelhas e formigas, pois herdara do pai o gosto pela flora e fauna, fruto de sua vivência na Índia. Dois lugares, entretanto, chamaram-lhe a atenção: um foi o Jardim Botânico, com suas palmeiras e vitórias-régias, e o outro, a floresta da Tijuca, com sua cascatinha, na sua visão “verdadeiro oásis de primavera em pleno verão carioca”.

Depois visitou a Praça da República, o Largo da Carioca e o Mercado Municipal, divertindo-se com toda a parafernália ali encontrada, especialmente pelo grande número de pessoas que apostavam no Jogo do Bicho. Apesar de proibido continua sendo um passatempo nacional.

Durante uma hora, sempre em companhia de Batista Pereira percorreu a casa de Rui Barbosa no bairro de Botafogo. Surpreendeu-o a gigantesca biblioteca, riquíssima em obras famosas. Chegou a manusear vários livros e raridades bibliográficas como a Bíblia de James Tissot.

Achou excelente o estudo de Rui sobre Swift que na sua visão era superior ao de Taine.

Teceu rasgados elogios sobre a convivência fraterna das classes sociais, coisa que não observara na Inglaterra e colônias. Comentou: “ricos e pobres gozam de luxos sociais na escala mais ampla. Agora mesmo

acabaram de fazer um prado de corridas de cavalo num dos subúrbios do Rio, o qual encerra toda a beleza, colorido e arquitetura que se pode congrega numa paisagem”.

Depois de permanecer durante cinco dias no Rio, o escritor demonstrou desejos de conhecer São Paulo. Para isto viajou de vapor até Santos e em Cubatão visitou a Usina Ligt and Power. Surpreendeu-o o alto grau da engenharia da estrada de ferro Santos a São Paulo. Dissera aos engenheiros que era um verdadeiro prodígio a construção desta ferrovia numa região tão montanhosa.

Na cidade de São Paulo ficou surpreso com a movimentação do centro comercial, o vaivém das pessoas, muitas vendendo em seus carrinhos bugigangas e quinquilharias nas rua, lembrando no seu entendimento certas cidades indianas como Bombaim e Calcutá com alguma semelhança de Johannesburgo.

A seguir visitou o serpentário do Instituto Butantã e elogiou toda a sua organização. Pôde saciar o seu desejo de conhecer uma fazenda de café a sete quilômetros da cidade onde chegou a conversar com os colonos a respeito de detalhes de produção e comercialização. Disse a amigos que a natureza tinha sido dominada pelo homem pelo verde dos cafezais.

Kipling notara que os brasileiros estavam desinteressados dos problemas internos e externos da política cafeeira, já que o café, na ocasião, era a maior riqueza nacional, responsável por mais de 90% da exportação nacional e gerador de divisas para o país. O escritor ouvira de pessoas que Deus, sendo brasileiro, mandara safras excepcionais e geadas no momento certo, com isto a produção se reduziria e desta forma o mercado podia se estabilizar.

Em sua permanência no Brasil, Kipling escreveu uma série de artigos para o “Morning Star” de Londres. Na época, Assis Chateaubriand gerente de O Jornal, manda traduzir e publicá-los.

Em 1977 a Editora Record publicou o livro “Cenas Brasileiras” resultado da reunião destes artigos com tradução de Pinheiro Lemos, em uma bonita apresentação gráfica e que foi bem recebido pela crítica e pelo público brasileiros. É a fonte mais completa e acessível sobre a presença de Kipling no Brasil.

Para terminar este assunto podemos dizer que muitos escritores, jornalistas e intelectuais escreveram sobre ele. Para William Somerset Maughan “foi um maravilhoso contador de histórias, original e eclético, cheio de rica capacidade inventiva, cronista e poeta de valor inestimável, de

um mundo há muito naufragado". O poeta Guilherme de Almeida enaltecia o caráter popular de sua obra, lida em todos os cantos do planeta.

Kipling foi um grande devorador do mundo, espírito inquieto e visionário, uma espécie de Richard Burton, escritor e viajante inglês do século passado e cônsul no Brasil, tanto física como intelectualmente. Era o tipo de escritor que, em qualquer lugar que estivesse, jogava seus próprios sonhos na situação do momento. Um homem capaz de achar uma Idéia e lançar sua criatividade, como um turbilhão, em torno dela. Até hoje esse autor nos encanta com seus livros, pena que não sejam mais reeditados, cujas páginas transmitem o conceito de coragem máscula, da ação e do romantismo que infelizmente não existe mais.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Anchieta, Pe. José de - *Textos Históricos*. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. São Paulo, Loyola, 1989. 198p ("Monumenta Anchieta", vol. 9).

Prosseguindo na sua *Monumenta Anchieta*, que visa trazer a público a obra completa do "Apóstolo do Brasil", oferece-nos o Pe. Hélio Abranches Viotti neste nono volume uma série de *Textos Históricos* do Padre José de Anchieta, com introdução e notas do preclaro historiador jesuíta. Aliás, suas notas não apenas esclarecem os textos, como corrigem falhas e omissões de outros autores, confronta códices, critica-os, enfim realiza trabalho diplomático do mais alto valor. Os textos estão agrupados sob os seguintes assuntos: informações gerais sobre o Brasil e o trabalho missionário, casamento dos índios, o processo Bolés, profissão de Anchieta, primeiros aldeamentos e, ainda, notas sobre todos os missionários do "período anchieta". (Cortesia do autor).

Barreto, Lázaro - *História de Arcos*. Com a colaboração de Lázara Teixeira de Sousa e Rita de Cássia Zuquim. Edição da Prefeitura Municipal de Arcos, 1992. 220p.

Obra despretensiosa, sem preocupações metodológicas (certamente reclamadas por alguns leitores mais exigentes), mas que atendeu, em boa parte, ao que se desejou, ou seja o resgate da memória da histórica cidade do Oeste de Minas. Talvez o volume venha excessivamente onerado com informações pouco adequadas a um livro de História, mas que foram julgadas necessárias pelos autores. O importante é que os dados históricos mais significativos aparecem devidamente registrados, inclusive o que se refere certamente ao ponto mais capaz de despertar curiosidade: o origem do topônimo. Vale transcrever o que está à página 24: "A origem do nome do lugar já mereceu nada menos que cinco versões. Primeira: os tropeiros deixavam arcos de barril na passagem do córrego para indicarem o rumo da estrada boiadeira que seguia para o sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro); esta é a versão mais corrente. Segunda: a abundância das palmeirinhas, uma planta semelhante ao bambuzinho, com lascas apropriadas à confecção dos arcos de peneiras. Terceira: o Córrego do Gracindo fazia barra com o dos Cristais em forma de

forquilha, no lugar onde nasce o Rio dos Arcos, que banha a região, fazendo uma curva semi-circular. Quarta: a maneira antiga de designar os inimigos numa expedição de caçadores de índios. Quinta: (a versão mais crível): a procedência lusitana de nossos colonizadores, egressos dos Açores. O nome Arcos é comuníssimo na toponímia portuguesa”. Esta última versão é avalizada pelo historiador mineiro Waldemar de Almeida Barbosa. E não nos esqueçamos de que o nome “Arcos”, ocorre inclusive na nobiliarquia lusitana, pois foi o título do último vice-rei do Brasil, Dom Marcos Noronha, Conde dos Arcos. (Cortesia da Prefeitura Municipal de Arcos).

Gouvêa, Fernando da Cruz - Perfil do tempo. Recife, Fundação da Cultura, 1990. 304p

O presente volume reúne uma série de ensaios - onze, ao todo - em torno de problemas e episódios marcantes da história pernambucana. Dele escreveu o apresentador do volume: “Livro construído sobre uma pesquisa exemplar, carregado de sugestões e perspectivas, poderá prestar excelente ajuda a todos os estudiosos do nosso passado”. Eis os títulos dos capítulos dele constantes: “Alguns fatos passados em engenhos coloniais, segundo Frei Jaboatão”; “Uma relação de engenhos de Pernambuco e Paraíba no século XVIII”; “O Marquês de Olinda, Senhor de Engenho”; “A propósito da modernização da agroindústria açucareira de Pernambuco no século XIX”; “Ingleses em Pernambuco”; “A visita do Imperador Dom Pedro II ao Recife”; “A Imprensa no Império”; “Festa em Boa Viagem”; “Joaquim Nabuco e Ramalho Ortigão no Recife: um encontro de abolicionistas”; “Joaquim Cardozo, caricaturista” e “A sucessão governamental de 1930 em Pernambuco”. O autor dispensa maiores encômios. É um dos grandes nomes da historiografia pernambucana, a quem esta publicação já tem feito referências. (Cortesia do autor).

Piazza, Walter F. - A epopéia açórico-madeirensense, 1748-1756. Pref. de Antônio Manuel Bettencourt Machado Pires. Florianópolis, UFSC Lunardelli, 1992. 490p.

“Os habitantes das nove ilhas do Arquipélago dos Açores e da ilha da Madeira foram constantemente envolvidos por problemas da conjuntura social e econômica dos seus lugares de origem. Desejando novas condições de vida, atenderam ao apelo da Coroa Portuguesa aceitando migrar para o Brasil-Meridional. Transportaram-se em embarcações de pequenas proporções, mas trouxeram, dentro de si, todo o complexo da sua cultura, que vai se espelhar em comunidades erguidas, quer na Ilha de Santa Catarina, quer no continente que lhe é fronteiro, bem como, em seguida, se espalharam pelo Continente de São Pedro do Rio Grande. Esta movimentação de mais de seis mil açorianos, com os seus sacerdotes, os seus oficiais de ordenanças, as suas tradições mais caras e bem como daquela meia centena de madeirenses, é uma

página de uma grande migração, agora com o seu conhecimento aprofundado, mostrando que foi, na realidade, uma grande epopéia! A busca documental realizada nos dois lados do Atlântico, quer nos arquivos de Lisboa e das Ilhas dos Açores e da Madeira, quer nos brasileiros, facilitou uma nova visão de tão amplo movimento populacional no século XVIII” (Da apresentação). É o que pretende, de fato, demonstrar o livro do conhecido historiador catarinense através de exaustiva pesquisa realizada “nos dois lados do Atlântico”. Expressivo o prefácio do historiador de Ponta Delgada quando caracteriza uma “diáspora açoriana e madeirense”. Capítulos em que se desdobra o livro: 1. As ilhas dos Açores e da Madeira e a sua problemática sócio-econômica no século XVIII; 2. A política portuguesa do “uti-possidetis” no Brasil e a ação de Alexandre de Gusmão; 3. A decisão real: açorianos e madeirenses para o Brasil-Meridional e o papel de Rafael Pires; 4. Instruções para as autoridades insulanas; 5. Os preparativos para o recebimento no Brasil; 6. As atribuições das câmaras açorianas; 7. Os “assentos” para os transportes; 8. Chegada ao Brasil e a formação das primeiras comunidades; 9. Cumprimento das promessas régias; 10. Os gastos da Fazenda Real: empréstimos e despesas efetuadas; 11. A explosão demográfica; 12. Resultantes do povoamento açoriano. Walter F. Piazza dispensa apresentação. Nossa publicação já lhe tem feito diversas referências, inclusive acolhendo trabalhos de sua lavra. Inegavelmente é um dos grandes nomes da historiografia brasileira, presidente, no momento, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. (Cortesia do autor).

Ribeiro Jr., João - As perspectivas do mito. São Paulo, Pancast, 1992.

“Quando se fala em mito, reporta-se à História dos Povos Antigos, que apresentavam explicações rudimentares aos fenômenos da natureza e tinham uma concepção antropológica da Divindade. O estudo da Mitologia seria um passatempo daqueles que se deleitam cultuando um passado, pois não encontraram seu lugar na realidade presente. O autor do presente livro procura superar tais asserções tendenciosas e superficiais, recuperando o sentido do mito e suas diferenciadas formas de presença nos períodos históricos da cultura humana. O mito está presente na cultura do mundo moderno, como esteve na cultura do homem do passado. Sua decodificação é fundamental para a compreensão do comportamento humano coletivo. A leitura desta obra torna-se necessária para os estudiosos das Ciências Humanas e Sociais e para aqueles que se propõem a entender a atividade humana em seus diversos aspectos. (Nota da Editora).

Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo, Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. 604p

Obra coletiva, volumosa e rica de informações, marco definitivo para o estudo dos japoneses no Brasil, dela disse, com muita propriedade, o escritor e

acadêmico Benedito Ferri de Barros: “Doravante se constituirá ponto de partida obrigatório de quantos novos estudos se venham a fazer sobre o assunto. Sem dúvida, antes dele muitos trabalhos foram produzidos por japoneses, nipo-brasileiros e brasileiros, monografias ou obras de grande fôlego, e sem eles este livro não teria sido possível. Entretanto, esta não é simples obra de compilação, o que de si representaria síntese de grande valor. Mais do que um levantamento e utilização quase exaustivos das fontes precedentes, que reúne os fatos e dados fundamentais dessa imigração, ela envereda por pesquisas originais, abre novas pistas e questões para os estudiosos futuros e, como nenhuma outra até então, apresenta uma visão global e coerente das relações entre os imigrantes nipônicos com a terra e o povo brasileiros e as impressionantes contribuições que daí resultaram para nosso desenvolvimento em todos os setores da cultura e em todos os campos de atividade”: Dispensando-nos de qualquer outro comentário à vista do que escreveu o preclaro acadêmico, cremos mais útil informar aos leitores sobre a estrutura da obra. Divide-se em duas grandes partes, a primeira, sem título, ocupando mais de dois terços do volume, consta de seis capítulos, subdivididos em diversos tópicos: 1. A abertura da emigração no Japão (As grandes migrações da Europa nos séculos XIX e XX; A abertura dos portos e a imigração no Brasil do século XIX; Japão: fim do isolamento e início do movimento imigratório; Antecedentes da imigração japonesa no Brasil; Alguns episódios históricos). 2. Do “Kasato-Maru” até a década de 1920 (Os imigrantes do “Kasato-Maru”; Em busca da independência econômica; A época da “marcha para oeste”; A situação em fins da década de 1920; O imigrante japonês, o café e o algodão; O imigrante e a educação dos filhos). 3. Emigração como política de Estado (Cresce o número de imigrantes; Os imigrantes para a Amazônia; Imigrantes que desejam radicar-se; A campanha antijaponeses; Os nisseis entre dois penhascos; Do apogeu ao fim; Comunidade japonesa no tempo da política emigratória de Estado; Um pequeno Japão dentro do Brasil). 4. Período em branco na corrente imigratória e os distúrbios na comunidade japonesa (A comunidade nipônica no período da guerra; A comunidade enfrenta um caos sem precedentes; Da confusão geral à estabilidade); 5. Período do pós-guerra (Correntes imigratórias do pós-guerra; Formas e órgãos de imigração do pós-guerra; Da comunidade japonesa do Brasil para a colônia “nikkei”; Nasce uma entidade de integração da colônia “nikkei”). 6. O fim da era de imigração e a consolidação da nova colônia “nikkei” (Da imigração ao intercâmbio internacional; Radicais transformações na colônia “nikkei”; Cresce o interesse pela cultura japonesa; A volta à pátria de imigrantes e o fenômeno “dekasegi”; O papel desempenhado pelos jornais “nikkei”). A parte segunda traz por título “Contribuições dos imigrantes japoneses no Brasil” e consta de cinco capítulos: 1. Papel desempenhado na agricultura brasileira (Introdução e desenvolvimento de novas culturas; Implantação da agricultura intensiva; Desenvolvimento de nova agricultura; Fundação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas):

2. Participação de imigrantes japoneses no comércio (Comércio dos imigrantes japoneses no período anterior à II Guerra; Japoneses e descendentes no comércio pós-guerra): 3. Participação na Indústria: 4. Educação, cultura e religião: 5. Vida religiosa dos japoneses e seus descendentes residentes no Brasil e religiões de origem japonesa. A ressaltar-se, na apreciação da obra, a excelente colaboração do Dr. José Yamashiro, certamente o maior conhecedor das relações nipo-brasileiras e autor de numerosas obras de divulgação da cultura japonesa entre nós. (Cortesia dos editores).

Shixiu, Zhou/Santos, Corcino Medeiros dos - O descobrimento da América pelos chineses. Porto Alegre, PUC, 1992. 104p

“De acordo com as informações contidas no corpo do presente trabalho, há uma relação entre as culturas indígenas da América e as da antiga China. Assim, é muito provável que alguns elementos das culturas ameríndias sejam de origem chinesa. Além dos exemplos já mencionados, devemos lembrar também das semelhanças existentes entre as máscaras indígenas e as chinesas. Em ambas as culturas essas máscaras eram usadas nas cerimônias mágico-religiosas com a finalidade de afastar calamidades, afugentar demônios, os deuses do mal. Do mesmo modo, há também semelhanças em muitas práticas místicas, tais como adivinhação, prática da medicina natural e pajelança. Os eruditos chineses e estrangeiros estão de acordo pelo menos num ponto: na antiguidade a América e a Ásia não foram continentes isolados entre si. Houve provavelmente muitos pontos de contacto entre eles. Há a possibilidade de que tenham estabelecido contacto por uma rota, hoje desconhecida” (p. 96). “Probabilidade”, “possibilidade”... muito pouco para um livro que se apresenta com um título definitivo, como se não houvesse dúvida quanto ao assunto nele tratado. Enfim, o nome de Corcino Medeiros dos Santos, historiador competente e probo, já consagrado por excelentes trabalhos, poderá ser uma garantia para que o livro se revista realmente de alguma seriedade. (Cortesia da Editora).

PERIÓDICOS

Revista Brasileira de Estudos Políticos, ns. 74/75, jan/julho de 1992. Univ. Fed. de Minas Gerais, Belo Horizonte. Sumário: Polis-Diálogo (Nelson Nogueira Saldanha); Conflitos ideológicos na constituição econômica (Washington Peluso Albino de Souza); Estado federal e Estados Federados na Constituição de 1988 (Carlos Mário Veloso); Direitos humanos: evolução histórica (José Luís Quadros Magalhães); Negociação coletiva no meio rural (Alex Sgreccia); Repartição do poder na Quinta República Francesa (Roberto de Albuquerque);



O debate entre o realismo e o idealismo nos Estados Unidos (Eduardo Rodrigues Gomes); O PTB na cidade do Rio de Janeiro (Maria Celina D'Araujo); Permanência e mudança na Constituição (Raul Machado Horta).

Estudos Ibero-americanos, vol. XVII/2, dezembro de 1991. Departamento de História da Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. **Sumário:** Garibaldi: republicano e revolucionário internacional (Carmen Lúcia Palazzo de Almeida); Três documentos de los Siete Pueblos Orientales (Oscar Padron Favre); A questão dos direitos à sucessão de D. João VI de Portugal (Braz Augusto Brancato); Aprovechamiento de materias primas liticas para un area relacionada con la Sierra de San Miguel (Carmen Curbelo e Eliane Martinez); A arqueologia e a cultura africana nas Américas (Pedro Paulo Abreu Funari); Principípios de ecologia cultural en la configuración de un territorio de frontera: la mesopotamia argentina em el siglo XVII (Teresa Cañedo-Arguelles Fábrega); O caciquismo e o fim dos conflitos intra-étnicos nas missões guaranis e chiquitanas (Paula Caleffi); Proceso de integración de la sociedad uruguaya: el ejemplo de Tacuarembó (Raquel Pollero e Monica Sans).

MEMÓRIA CAMPINEIRA (45)

SAUDOSISMO CAMPINEIRO

Paulo Pompeu

“... me despertou instintos interurbanos, vontade avassalante de correr à Estação da Luz e comprar um bilhete de primeira no trem de Campinas. Presto cortei asas ao desejo porque me dizem (lembrei-me a tempo) que em Campinas está tudo mudado, com a Prefeitura a botar abaixo sobradões da era imperial, rasgando avenidas, consertando o alinhamento das ruas, enquanto o industrial abre fábricas, o comerciante instala refinadas lojas e o cronista fala de coqs e novos hábitos sociais. Embora sem andorinhas e sem a Igreja do Rosário, apraz-me a notícia de que Campinas se deixou empolgar pela febre do progresso.

Mas não seja tão alta essa febre que esterilize os peculiares encantos campineiros. Haverá ele de preservar a majestade das palmeiras do Jardim Carlos Gomes, flabelando ao vento de agosto os leques que ouviram namoros de normalistas, a gazetear as aulas da vizinha escola, e guardam ecos de retretas dominicais, com muita protofonia do Guarani e muita cavalaria ligeira. Cuido também que a avançada do progresso (como é horrível este lugar-comum!) terá respeito pela velha figueira do Largo do Pará, que oculta o antigo palácio de ilustres bispos. E também o monumento-túmulo do maestro, não queiram arredá-lo da Praça Antônio Pompeu, sob pretextos especiosos de circulação de veículos. Não tenho informações de fonte limpa, mas quero crer que prefeitos modernizadores hajam conservado no jardim da Praça Imprensa Fluminense aqueles anõezinhos barbudos, que bem merecem permanência infinda no lugar adrede escolhido para o seu plantão. Nem terão mexido nos jequitibás do Bosque, na sua fonte de água fresca, já não se sabendo do paradeiro de lendária anta.

Enquanto Campinas crescer, altear arranha-céus no Largo do Rosário e na rua Barão, trazendo rotativas de último tipo para os seus jornais, aviões a jato para o Aeroporto de Viracopos, quem sabe mesmo uma usina

atômétrica para alimento de suas indústrias, mandando café Caturra e café Mundo Novo para fazendas onde imperaram a cana e o algodão - enquanto ela assim crescer, a Catedral haverá de presidir ao seu futuro, prendendo-a também às boas tradições e às boas imagens do passado. Obras de entalhe de Mestre Vitoriano dos Anjos, não as vejam apenas os olhos de turistas apressados; sejam perenes apelos à cultura e ao espírito. De longe imaginando a Campinas remoçada - com o título de cidade universitária, bangalôs a espriaiem-se em bairros novos, gentes de outras terras a recorrer aos seus institutos médicos, lavradores e cientistas a franquearem o portão do Instituto Agrônômico - revejo a lagoa do Taquaral, o footing domingueiro na Rua Barão, os serões na Associação Campineira de Imprensa, rodadas de chope no Cristofani, consoadas no Clube Semanal de Cultura Artística.

Daf que eu imagine os campineiros firmando um termo de compromisso entre o passado e o futuro, um termo que delimite fronteiras entre o progresso e a tradição. Termo para que Campinas, progredindo, não perca as suas características de cidade do mais vivo sentimento paulista. Ou, antes, sentimento campineiro. Só assim poderá um filho seu, a correr terras d'Europa, se lhe indagarem da nacionalidade, repetir a já famosa resposta: 'Sou campineiro'. E terá dito tudo".

(A Flor Amarela, 30-31. São Paulo, 1979)

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

MANIFESTO SEPARATISTA DE CAMPANHA

Concidadãos:

A comissão abaixo-assinada, com os poderes que foram delegados pelos representantes de diversos municípios sul-mineiros, reunidos nesta cidade, no dia 5 do corrente mês, tem a honra de dirigir-vos a todos vós, com o presente manifesto para cientificar-vos da deliberação tomada, tendente a impulsionar o engrandecimento da nossa terra.

Todos vós conheceis o desprezo com que as diversas administrações, montadas em Outro Preto, têm tratado, em todos os tempos, a esta terra, digna por certo de melhor sorte pela sua fertilidade, pelas suas muitas riquezas naturais e pelo caráter de seus filhos, tidos e havidos pelos governos de Minas, nos últimos trinta anos, como enjeitados na sua pátria.

São causas determinantes desse proceder dos governos de todas as épocas, a ambição do centro, a falta de recursos da periferia e norte, e a necessidade de haurir de todos nós, mineiros do sul, e de nossas produções a parte precisa e indispensável para galvanizar Ouro Preto, enriquecer o Norte e satisfazer as ambições dos governadores, quer da antiga província, quer do novo estado.

O nosso território, com os limites naturais de leste e norte do Rio Grande e oeste e sul, nas divisas atuais com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tem uma área de mais de 3.000 léguas quadradas (uma sexta parte da população do Estado de Minas) e concorre para a administração de Ouro Preto com cerca de 38% da renda total do Estado de Minas...

Esses algarismos demonstram que uma pequena fração do território mineiro (uma sexta parte) tem em si condensada a quarta parte de toda a população do Estado, e que essa população de enjeitados das

administrações de Outro Preto, sem os recursos de que gozam as suas co-irmãs, ainda assim, pelo seu trabalho, pela sua indústria e pela fertilidade de seu solo, consegue produzir tanto que chega a concorrer para os cofres públicos com o equivalente a mais de uma terça parte da renda total do Estado de Minas...

As causas apontadas são já conhecidas desde remotas épocas.

Em tempos idos, os patriotas, filhos desta terra e conhecedores do mal que nos atrofia ainda, tentaram remediá-lo, se não cortá-lo pela raiz, propagando em épocas diversas como recurso único, a separação do nosso torrão, para o construir com administração própria, livrando-o das garras de Outro Preto. Dentre os patriotas, que tão brilhantemente propagaram a nossa separação, devemos rememorar os nomes dos Drs. Antônio Ferreira de Resende, Antônio Dias Ferraz da Luz e do Tenente-coronel Lourenço Xavier da Veiga, que no jornal "Nova Província" iniciaram esta propaganda brilhante e sempre continuada no Sul de Minas e "Monitor Mineiro", até ao advento da República, pelos filhos daquele distinto finado e benemérito patriarca dessa idéia, Tenente-coronel Lourenço Xavier da Veiga, e, ainda por uns destes (Dr. Evaristo Ferreira da Veiga) e pelo atual Senador Dr. Américo Lobo Leite Pereira, corporificado na Câmara dos deputados do extinto Império, em projeto de lei que chegou a ter duas discussões.

Foram infelizes esses patriarcas, porque esbarraram sempre na prepotência da grande maioria dos deputados de Minas, e na desconfiança dos representantes das outras grandes províncias, os quais se opunham à divisão de Minas para evitar a das respectivas províncias.

Em relação ao nosso território ao sul do rio Grande, cumpre rememorar que a distribuição da representação não correspondeu nunca à nossa população e à nossa contribuição; e mesmo agora, em pleno governo republicano, o nosso território só tem como representantes no Estado, três senadores e seis ou sete deputados, quando é certo que devia ser representado por 8 senadores e 16 deputados, porque é a verdadeira proporção da população, riqueza e contribuição.

Posteriormente, outras tentativas tiveram lugar, e, entre essas, como paliativo, a da anexação do território à então província de São Paulo.

Nos últimos tempos, com o advento da República e a consagração da nossa liberdade, deixamos, como de propósito, correrem as coisas, na esperança de que o governo da capital do Estado de Minas, desta vez ao menos, curasse das nossas necessidades, auxiliando a nossa indústria e lavoura e tratando-nos em pé de igualdade os nossos co-irmãos. Engano...

A administração atual só tem servido para aprovar o depotismo para logo curvar-se ante a legalidade, sacrificando os bríos do povo mineiro, montar em nosso torrão uma espécie de jogos malabares, nas intendências, polícia, magistratura, etc., levando-nos assim ao cúmulo de assistirmos impassíveis ao esbanjamento da terça parte da renda do estado, terça parte que é o suor do nosso solo, com embelezamento e obras luxuosas na cidade de Ouro Preto, na estulta pretensão de tornar prestável aquele montão de ladeiras, e permanente ali a capital do estado-colosso, contra as determinações expressas do congresso, corpo e alma da administração, pois que é obra sua, obra de um cérebro enfermo e que já está agindo ao impulso das vibrações determinadas por uma encefalite difusa, segundo afirmam os especialistas.

Os representantes dos diversos municípios foram acordes no reconhecimento do nosso mal crônico, e do remédio único capaz de o estirpar, qual é a separação do nosso território, desmembrando-o do Estado de Minas, “do qual só terá por fronteira o nosso magnífico rio Grande” para construir estado autônomo sob a denominação de “Minas do Sul”.

Só assim reivindicaremos o nosso solo, aproveitaremos as nossas riquezas naturais e nos beneficiaremos com o produto dos nossos impostos.

Os representantes dos diversos municípios resolveram constituir-nos em comissão executiva para proclamar a separação e constituição do nosso território em estado incorporado à Federação Brasileira, sob o nome de Minas do Sul.

Aceito por vós este solene compromisso, é preciso não descansar; auxiliai-nos a manter a nossa independência e a firmar o nosso governo livre, com uma constituição que sirva de modelo aos pósteros, pela garantia de todas as liberdades, qual o projeto que vos apresentaremos, onde além das garantias políticas, temos consignado a obrigatoriedade de auxílio para o estabelecimento e instalação do Episcopado de Minas do Sul, firmando assim, no nosso pacto fundamental, também o laço de união espiritual dos nossos concidadãos.

E que fique o dia de hoje consagrado nos anais da nossa história como o da redenção do povo sul-mineiro, do povo que por mais de meio século tem vivido subjugado pela prepotência dos capitães-mores, presidentes e governadores que se tem substituído na administração de Minas, e que hoje, devido ao seu único esforço, ao seu patriotismo, acaba de conquistar, neste momento, a sua liberdade e a sua autonomia: eis o nosso primeiro dia festivo.

O momento é oportuno, é decisivo mesmo. O patriotismo, o esforço e o heroísmo têm sido em todos os tempos os distintivos do povo sulmineiro. Unamo-nos, pois, todos sem distinção de partido nem de seitas, em um brado uníssonos tão potente, que leve a nossa voz aos últimos recantos de nossa terra e brademos com todo o esforço: Viva a separação... Viva a independência e liberdade de nossa terra... Viva o Estado de Minas do Sul...

Campanha, 5 de fevereiro de 1892. Martiniano da Fonseca Reis Brandão, Manoel de Oliveira Andrade José Luiz Pompeu da Silva.

(Apud Casadei, Thalita de Oliveira/Casadei, Antônio - Aspectos históricos da cidade de Campanha, 134-136. 1989.

*

RELAÇÕES DE CARLOS MAGNO COM OUTROS REIS (Einhardi)

Aumentou ainda a glória de seu reino pelo fato de ligar-se, por amizade, a vários reis e a vários povos. Com efeito, tão estreitamente aliado lhe foi o rei da Gália e das Astúrias, Afonso, que este, quando lhe escrevia ou mandava legados, não permitia que Carlos Magno fosse chamado de outra maneira senão a de seu dono. Também havia submetido os reis escoceses à sua própria vontade por seus presentes e sempre o chamavam de senhor e a si próprios súditos ou servos. Existem ainda cartas mandadas a Carlos por eles, que provam aqueles sentimentos.

Com o rei persa Harum, que era senhor de quase todo o Oriente, excetuando-se a Índia, vivia em tanta concórdia e amizade que este preferia seus favores à amizade dos reis e príncipes do mundo inteiro e Carlos era o único que Harum achava digno de ser honrado com presentes. Daí, quando o legado dos francos mandados por Carlos com donativos ao Santíssimo sepulcro de Nosso Senhor e Salvador, chegaram a ele e explicaram o que seu senhor queria, Harum não só permitiu fosse feito o que pediram como também cedeu aquele lugar sagrado de salvação à alçada de seu poder; aos legados, ao voltarem, deu a companhia dos seus e enviou a Carlos soberbos presentes, constando de vestes, perfumes e outras riquezas das terras do Oriente. Aliás, alguns anos antes, o mesmo mandara a Carlos o único elefante que tinha, quando este o pediu.

Até os imperadores de Constantinopla, Nicéforo, Miguel e Leão, além de procurarem sua amizade e aliança, mandaram-lhe legados várias vezes. Após, porém, tomar o título de imperador e por isso mesmo os bizantinos suspeitarem que ele quisesse arrancar-lhes o império, concluiu com estes um tratado muito estável, para que, entre os dois partidos, não houvesse nenhuma ocasião de desentendimento. De fato, para os romanos e gregos, o poder dos francos foi sempre mal visto. Daí é que existe em grego o provérbio "Tenha o franco como amigo, não o tenha como vizinho".

(Vita Karoli, ed. Reinhold Rau, vol. 1, em **Quellen zur Karolingischen Reichsgeschichte**. Darmstadt, 1961. Apud Laga, Carl V. F. - **Textos históricos: Antigüidade e Idade Média; seleção e tradução**. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1965.)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ROCHA PITA (1660-1738)

Sebastião da Rocha Pita nasceu na capital baiana em 3 de maio de 1660. Coursou o colégio dos jesuítas em sua cidade e, depois, a Universidade de Coimbra, graduando-se em cânones. Regressando ao Brasil, estabeleceu-se com fazenda nas proximidades da vila de Cachoeira. Homem abastado, foi distinguido com numerosas honrarias: Coronel do Regimento Privilegiado das Ordenanças da Bahia, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro Professor da Ordem de Cristo, Acadêmico da Real Academia da História Portuguesa e da Academia Brasileira dos Esquecidos. Tentou, sem êxito, a poesia e a prosa de ficção. Tendo aprendido diversas línguas e sendo, como já se disse, homem de recursos, partiu para Portugal a fim de realizar pesquisas no campo da história, publicando, em 1730 e em Lisboa, sua **História da América Portuguesa**. Faleceu em sua cidade natal aos 3 de novembro de 1738.

Embora tenha escrito e publicado outros trabalhos, Rocha Pita é lembrado hoje pela **História da América Portuguesa**, que se tornou um dos livros mais questionados e discutidos de nossa bibliografia histórica. Escrito numa forma excessivamente rebuscada, de um "barroquismo" insuportável para os leitores de hoje, mas próprio da época, teve detratores e defensores. Desde os primeiros que, no século passado, escreveram histórias literárias, como Sílvio Romero e José Veríssimo, até os historiadores mais renomados, de Capistrano de Abreu a José Honório Rodrigues, não houve quem dele não se ocupasse. Muito mais criticado que louvado, conforme mostraremos em transcrições nesta nota, para que nossos leitores possam ajuizar sobre alguém que, apesar de todas as deficiências, tem seu lugar como "vulto da historiografia brasileira". Tanto, que seu livro fez jus a mais edições talvez do que qualquer outro da época colonial. E continua sendo reeditado e em coleções prestigiosas, com a "Reconquista do Brasil" (Itatiaia/Edusp). Foi um dos quatro autores brasileiros selecionados para figurarem na preciosa coleção "Clássicos Jackson", sendo os outros três João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Para Sílvio Romero, o livro de Rocha Pita “deve antes ser tomado por uma novela histórica, recheada de descrições, fábulas e divagações, do que como uma história no rigoroso sentido”. Critica o estilo: “uma forma insuportável pelas antíteses, amplificações, luxo de tropos inchado e de prolixidade intoleráveis”. Lembra, contudo, que a nota predominante no autor baiano é o patriotismo, donde o “alcance moral do livro”: “Aparecido num tempo em que começava a dissipar a lenda da inferioridade originária do brasileiro diante do português, a obra de Rocha Pita, por seus idílios sobre a natureza física desta porção da América, seu entusiasmo por nossos feitos, foi como uma espécie de tela em que se acharam debuxados o nosso valor, nossas ações e nossas esperanças. Sem ter bebido em fontes amplas e salubres, sem ter avigorado pela crítica a sua narrativa, o autor baiano prestou à sua pátria o imenso serviço de retratá-la num esboço em certo sentido exato e útil para o seu tempo”. E após transcrever trechos do capítulo inicial para mostrar o “estilo” do autor, conclui: “Aí está Rocha Pita inteiro; é ele e seu tempo; são suas idéias e é o estilo da época”.¹

José Veríssimo não deixa por menos: “Escrita em estilo de prosa poética, como se fora um poema em louvor do Brasil, com mais entusiasmo e arroubo de sentimento patriótico do que a serenidade e o bom juízo da história”. Mas, admite que “o mérito incontestável da História de Rocha Pita, ainda com as restrições que do ponto-de-vista das exigências da história se lhe possam fazer, é o de ser a mais completa publicada, como lhe reconheceram os censores oficiais. E não só para os portugueses que assim podiam melhor informar-se dos sucessos de sua grande colônia. Aos brasileiros, o livro, escrito num estilo que lhes seria muito grato ao paladar literário e sentimento nativista, ensinava-lhes a história de sua terra, sublimando-a por tal forma que eles se ufanariam de serem seus filhos”.²

Já para Varnhagen o livro “se recomenda pela riqueza das descrições e elevação do estilo, que às vezes são tais, que mais parecem de um poema em prosa”.³

José Aderaldo Castello observa que a obra de Rocha Pita, “já traz no próprio título a indicação do sentimento e dos propósitos do autor, luso-brasílicos, glorificadores tanto de Portugal quanto do Brasil, através de um estilo acadêmico, demasiado retórico, impróprio ao espírito crítico. Está

(1) Romero, Sílvio, História da literatura brasileira, 3ª edição, tomo segundo, págs. 62-67. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943. (Coleção “Documentos brasileiros”, vol. 24-A).

(2) Veríssimo, José - História da literatura brasileira, 4ª edição, pág. 86. Brasília, Universidade de Brasília, 1963 (Biblioteca Básica Brasileira”, v. 3)

(3) Cit. em Sílvio Romero, obra indicada, pág. 63.

longe da contribuição de Frei Vicente do Salvador, mas não deixa de ter grande importância, ainda que negativa, para o estudo da evolução do sentimento nativista na sua feição luso-brasílica, misto de exaltado amor particularista pela terra e de veneração patriótica pela monarquia portuguesa, à qual, segundo o autor, nos orgulhámos então de pertencer. É nestes termos que o leitor se surpreenderá com a leitura da *História da América Portuguesa*, desde a sua linguagem acentuadamente barroca, com visíveis preocupações literárias, até a manifestação do que poderíamos chamar 'ufanismo colonial'⁴

Para Artur Mota, o principal valor de Rocha Pita está em ter sido o primeiro a escrever uma história do Brasil com a sistematização que uma obra de tal natureza exigia. Mas, não deixa de advertir que a obra não se recomenda pelas qualidades de análise dos fatos e de apreciação das respectivas causas e origens.⁵

Capistrano de Abreu censurou-lhe o prurido de erudição e o excesso de lusitanismo, a ponto de obscurecer o sentimento de independência que ele nunca manifestou e de se externar adverso a intuítos emancipacionistas. Um pouco contraditório: como pode obscurecer um sentimento que nunca se manifestou? "Em falta de espírito crítico, que, em comum com os seus contemporâneos, Pita não possuía, ele trouxe para a sua história das inspirações de um forte patriotismo"⁶

Oliveira Lima defende-o de uma das críticas que com mais insistência foram feitas a Rocha Pita: a de não ter se mostrado bastante brasileiro, a começar pelo título que deu ao livro; é uma *História da América Portuguesa* e não do Brasil... "Acho, contudo, fraco motivo para censura semelhante ausência em um escritor de princípios do século XVIII, de um sentimento de pátria, o qual, na realidade era ainda forçosamente embrionário, vago ou pelo menos mal definido..." Referindo-se ao tópico sobre a na época recentíssima guerra dos Mascates, conclui o historiador pernambucano: "Esta e outras narrações históricas são geralmente esboçadas no livro de Rocha Pita com escrupulosa exatidão e com uma fluência e elevação de estilo que o gongorismo não corrompe em demasia"⁷

(4) Castello, José Aderaldo - *Manifestações literárias da era colonial*, 3ª edição, pág. 89. São Paulo, Cultrix, 1967. (Volume I da coleção "Literatura Brasileira").

(5) Mota, Artur - *História da literatura brasileira: época da transformação*, século XVIII, págs. 41-49. São Paulo, Editora Nacional, 1930.

(6) Cit. em Silvio Romero e Artur Mota, obras indicadas, págs. 65 e 48, respectivamente.

(7) Lima, Oliveira - *Aspectos da literatura colonial brasileira*, pág. 156. Rio de Janeiro, Francisco Alves, Brasília, INL, 1984. (Coleção "Dimensões do Brasil", v. 16).

Para Nelson Werneck Sodré, a obra de Rocha Pita não passa de “panegírico literário, de fraco valor histórico”. Reconhece, contudo, que tem “alguns traços interessantes”. E ressalta um deles: a atenção que dá ao problema de Palmares, “tão pouco tratado pelos historiadores antigos e modernos”. Mesma linha de pensamento que levou Oliveira Lima a ressaltar a atenção dada aos “mascates”...⁸

José Honório Rodrigues dedica a Rocha Pita quase dez páginas de seu estudo sobre a historiografia colonial, indicando capítulo por capítulo, o conteúdo da História da América Portuguesa, salientando, particularmente, os aspectos negativos do que ele denomina “a mais lusitana História do Brasil colonial”: “Ele é anti-índio, antinegro, pró-escravidão, antijudeu, antipaulista, antiBrasil, pró-Portugal. É um colonialista empedernido”. Enfim, “um livro de um grande cortesão, que inicia uma escola que tem seus mestres e discípulos ainda hoje dominando instituições e universidades”.⁹ Para José Honório ainda há muitos Rochas Pitas hoje...

Remataremos estas apreciações com a de Pedro Calmon, prefaciador e anotador das duas mais recentes edições da obra de Rocha Pita (Jackson, 1964, e Itatiaia/Edusp, 1976): “A crítica evidentemente não lhe perdoa o fraseado gongórico, o ‘barroquismo’, a ênfase ditirâmbica, tudo o que de rotundo, excessivo, imaginoso e, portanto, de um pitoresco mau gosto, lhe sobrecarrega a narrativa, sem entretanto lhe tirar - no essencial do livro - a influência e a clareza. Precisa ser lido e deve ser lido como um exemplo da literatura que ao seu tempo florescia e da arte, do ideal poético, das deformações estéticas, do gênio ‘barroco’ que nela refletia. É impossível analisar o escritor fora do seu ambiente emocional (...) é um elemento ‘barroco’ da cultura nacional como qualquer dos monumentos que a ilustram, conservando na sua velha fisionomia o selo precioso da autenticidade. Tem um valor a mais: é o cabedal noticioso que o inclui entre as escassas fontes impressas da história pátria. Nalguns trechos é insubstituível o seu testemunho. Torna-se uma excelente documentação contemporânea. Uma espécie de compêndio de memórias. Melhor do que isto: uma coletânea regionalista de tradições que, sem ele, não teriam alcançado a posteridade. Certo, é responsável por vários erros que se repetem até agora, reproduzidos mecanicamente nos clichês do ensino primário, lendas, suposições, mentiras,

(8) Sodré, Nelson Werneck - O que se deve ler para conhecer o Brasil, 5ª ed., pág. 215. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976 (Coleção “Retratos do Brasil”, v. 54)

(9) Rodrigues, José Honório - História da História do Brasil, 1ª parte: Historiografia colonial, págs. 494-503. São Paulo, Editora Nacional, 1979. (Coleção “Brasiliana”, grande formato, v. 21.)

que a história séria - isto é, a boa documentação arquivística - de muito destruiu e pulverizou".¹⁰

José Verfssimo, no trecho que tanscrevemos, referiu-se aos "censores oficiais" que viram no livro de Rocha Pita o mérito de ser a primeira obra, sistematizada, contendo uma "História" do Brasil. Convém lembrar, por outro lado, que o parecer da Academia Real da História, ao apreciá-lo, louvou-o, ainda que parecesse ao relator "mais elogio ou panegórico do que História". Mas a censura do Santo Ofício derramou-se em louvores à obra: "Tem o Brasil a ventura de achar na eloquência de um filho o melhor instrumento de sua glória, e o maior manifesto do seu luzimento, pois publica com este pregão as suas excelências e dá a conhecer as suas singularidades. Estou certo se há de ler a presente História com gosto e sem fastio pela boa ordem e admirável disposição com que está composta, novidades que refere, particulares que relata, elegância com que se adorna; porque o estilo é grave, especioso e agradável, natural, sem artifício e culto, sem afetação, e tão singular que não tem regra ociosa, oração supérflua; não tem período que não seja próprio, palavra que não esteja em seu lugar; não há termo que não perceba com clareza, objeto que se não veja com distinção; igualmente convida a curiosidade e desabafa a emulação; porque historiar desta sorte é felicidade de poucos e inveja de muitos" (Fr. Boaventura de S. Gião). Não sabemos porquê, e sem motivo aparente, as páginas iniciais do volume, contendo "dedicatória", "prólogo" e "advertência" do autor, e os documentos relativos às "licenças" da Academia Real da História e das mesas do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço, foram omitidas nas duas últimas edições da obra. Utilizamos para nossa transcrição a chamada "Edição Homem de Melo", de 1878.

Edições da História da América Portuguesa

Conforme observamos no início desta nota, a História de Rocha Pita, apesar de todas as críticas que desde o século passado lhe vêm sendo feitas, é um dos textos da era colonial que mais vezes tem sido reeditado, superado apenas, parece-nos, pela clássica *Cultura de Opulência do Brasil*, de Antonil, de 1711.

A edição "príncipe", de 1730, publicada na "Lisboa Ocidental" por Joseph Antônio da Silva, trazia o seguinte título *História da América Portuguesa, desde o ano de mil e quinhentos, do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro, oferecida à Majestade Augusta de El-Rei D. João V, nosso Senhor*. Continha "Dedicatória", "Prólogo", "Advertência" e os documentos relativos às diversas "licenças" exigidas

(10) Prefácio às duas últimas edições da História da América Portuguesa. A citação ocorre às págs. XI-XII da edição Jackson e 14 da edição Itatiaia/Edusp.

para a publicação do livro. E a matéria distribuída por dez “livros”, totalizando 716 páginas, após as quais acrescentou o autor esta “Protestação”: “Protesta o autor desta história que as matérias que tocarem a aparições ou parecerem milagres e sucessos sobrenaturais trazidos nela, não procura tenham mais crédito que o que se deve dar a uma história puramente humana, e que toda esta obra sujeita à censura da santa Igreja católica romana, e se conforma com os decretos pontifícios, em especial com os do santo padre Urbano VIII, e a todos em tudo e por tudo se reporta”. Ao nome do autor, acompanhavam, na página de rosto, todos os seus títulos já enumerados.

A segunda edição, publicada na Bahia em 1878, por iniciativa do Barão Homem de Melo, então presidente da província, e impressa na Imprensa Econômica, figura como volume inicial de uma “Coleção de Obras relativas à história da capitania, depois província da Bahia e sua geografia”, que não sabemos se teve prosseguimento. Continha 513 páginas e trazia, em apêndice, uma ligeira nota sobre a invasão holandesa na Bahia em 1638, extraída da obra clássica de Barleu, de 1647.

A terceira edição, que erroneamente consta como sendo a segunda, apareceu em Lisboa, “revista e anotada” por José Gomes Góis e impressa por Francisco Artur da Silva, 1880, 404 páginas.

Uma quarta edição, mas sem qualquer indicação numérica, foi tirada por Garnier, do Rio de Janeiro, sem data, mas provavelmente do início deste século. Dizem Artur Mota e Rubens Borba de Moraes que é a menos apreciada das várias edições do livro.

Em 1950, apareceu pela Editora Progresso, do Salvador, uma nova edição, declarando ser a terceira, quando, na realidade, já era a quinta. Continha 428 páginas, trazendo também o “apêndice” de Barleu constante da edição Homem de Melo e integrava a série “Marajoara” (volume sétimo) de uma “Coleção de Estudos Brasileiros”

De 1964, data a edição Jackson, a que já temos feito referência, com prefácio e notas de Pedro Calmon e integrando, como volume trigésimo, a preciosa coleção “Clássicos Jackson”. 497 páginas.

Finalmente, em 1976 publicou-se a sétima edição, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade São Paulo. Reproduz o prefácio e as notas de Pedro Calmon, da edição anterior, tendo, a mais, apenas uma “apresentação” do Prof. Mário Guimarães Ferri, então diretor da Coleção “Reconquista do Brasil”, na foi inserida, como volume nº 32, 294 páginas.

Além da **História da América Portuguesa**, arrolam-se mais os seguintes trabalhos no acervo de Rocha Pita:

Breve compendio e narração do fúnebre espetáculo que na insigne cidade da Bahia, cabeça da América Portuguesa, se viu na morte del-rei D. Pedro II. Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1709.

Após a "narração", encerram este opúsculo alguns sonetos do próprio Rocha Pita e de outros autores, os quais encontram-se reproduzidos por Varnhagen em seu **Florilégio da poesia brasileira**.

Summario da vida e morte da Exm.^a Sr.^a D.^a Leonor Josepha de Vilhena e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia. Lisboa, na Officina de Antonio Pedrozo Galran, 1721.

Tratado Político, oferecido a D. Pedro de Noronha, conde de Vila Verde e marquês de Angeja. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1972.

Oração na Academia Brasflica em 7 de maio de 1724. Incluso no volume primeiro das publicações da Academia.

SELETA

PALMARES

Sebastião da Rocha Pita

Quando a província de Pernambuco estava tiranizada e posufda dos holandeses, se congregaram e uniram quase quarenta negros do gentio de Guiné, de vários engenhos da vila do Porto do Calvo, dispondo fugirem aos senhores de quem eram escravos, não por tiranias que neles experimentassem, mas por apeterem viver isentos de qualquer domínio. Com segredo dispuseram a fuga e a executaram, levando consigo algumas escravas, esposas e concubinas, também cúmplices no delito da ausência, muitas armas diferentes, umas que adquiriam e outras que roubaram a seus donos na ocasião em que fugiram. Foram rompendo o vastíssimo sertão daquela vila, que acharam desocupado do gentio e só assistido dos brutos que lhes serviram de alimento e companhia, com a qual se julgaram ditosos, estimando mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens.

26. Nos primeiros anos, este fogo que se ia sustentando em pequenas brasas para depois crescer a grande incêndio, não causou dano público, mas só o particular da perda dos escravos, que seus donos não puderam descobrir, por não saberem a parte em que se alojavam daqueles espessos e dilatados matos, onde ainda então os fugitivos só atendiam a sustentar-se das caças e frutas silvestres do terreno inculto, e não safam dele mais que a levar a furto de algumas fazendas menos apartadas as plantas de mandioca e outras sementeiras, para darem princípio às suas lavouras, tomando-os com força, se achavam resistência, e semela, se não encontravam oposição; porém era já notório este receptáculo por todas aquelas partes, donde o iam buscar outros muitos negros e alguns mulatos cúmplices em delitos domésticos e públicos, fugindo ao castigo dos senhores e da justiça, e os recebiam os negros dos Palmares, pondo-os no seu domínio.

27. Crescia o poder dos negros com estes socorros dos fugitivos que se lhes iam juntando, para fazerem aos povos de Pernambuco os danos

que experimentaram os de Roma na guerra servil, quando juntando-se poucos escravos gladiadores e agregando a si muitos homens facionosos, causaram tantos estragos na própria cabeça daquela nobilíssima república. Além dos filhos que lhes nasciam, entendendo os negros que para maior propagação e aumento do povo que fundavam, lhes eram precisas mais mulheres, trataram de as haver, sem a indústria com que os romanos as tomaram aos sabinos, mas só com a força, entrando pelas fazendas e casas dos moradores daquelas vilas, póvoações e distritos, e levando negras e mulatas do serviço doméstico e das lavouras.

28. Aumentados com o tempo em número de gente, foram penetrando mais os sertões, e descobertos amplíssimos campos, os repartiram pelas famílias, que pondo-os em cultura, faziam mais rica e dilatada a sua jurisdição; e sem a especulação de Aristóteles e de Plantão nas suas repúblicas escritas, nem as leis promulgadas na de Atenas por Sólon, na de Lacedemônia ou Esparta por Licurgo, na de Creta ou Cândia por Minos, e nas de Roma, Cartago e Egito por Numa, Carondas e Trimegisto, formaram nos Palmares uma república rústica e a seu modo bem ordenada.

29. Elegiam por seu príncipe, com o nome de Zombi (que no seu idioma vale o mesmo que diabo) um dos seus varões mais justos e alentados; e posto que esta superioridade era eletiva, lhe durava por toda a vida, e tinham acesso a ela os negros, mulatos e mestiços de mais reto procedimento, de maior valor e experiência, e não se conta nem se sabe que entre eles houvesse parcialidades por competências de merecimento ou ambição de domínio, nem que matassem um para entronizar outro, concorrendo todos ao eleito com obediência e união, polos em que se sustentam os impérios.

30. Tinham outros magistrados de justiça e milícia com os nomes das suas terras. Eram entre eles delitos castigados inviolavelmente com pena de morte o homicídio, o audultério, e o roubo, porque o mesmo que com os estranhos lhes era lícito, se lhes proibia entre os naturais. Aos escravos que por vontade se lhes iam juntar, concediam viverem em liberdade; os que tomavam por força, ficavam cativos e podiam ser vendidos. Tinham também pena capital aqueles que havendo ido para o seu poder voluntários, intentassem tornar para seus senhores. Com menor rigor castigavam aos que sendo levados por força, tivessem o mesmo impulso. Destes seus estatutos e leis eram as ordenações e volumes as suas memórias e tradições conservadas de pais a filhos, vivendo já no tempo em que lhes fizemos a guerra os segundos e terceiros netos dos primeiros rebeldes, conservando-se nesta forma em temor e aparente justiça.

33. A calamidade que padecia Pernambuco com esta opressão dos Palmares, viam e não podiam remediar os governadores daquela província, sem terem para os expugnar e extinguir o poder que requeria a empresa, já reputada por grande pelas informações que davam alguns escravos que tiveram a fortuna de lhes escapar e tornar a seus donos. Encareciam o grande número de gente que tinham produzido, os valorosos guerreiros com que se achavam, a destreza com que jogavam todo o gênero de armas, a fortíssima muralha de sua circunvalação, a abundância dos mantimentos que colhiam; coisas que mostravam poderem aqueles inimigos resistir um largo assédio, e frustrar o impulso das nossas armas, e tudo conduzia a perder a esperança de os expugnar, causa pela qual o que obravam os governadores da capitania era só dobrarem as penas aos que os comunicassem, e pôr em certos sítios algumas estâncias com gente que lhes resistisse o trânsito, opposição incompetente à força do seu grande poder.

34. Porém o governador Caetano de Melo de Castro, julgando generosamente que das mais árduas empresas se colhem os aplausos maiores, tomou esta com tanto empenho que veio a dar-lhe glorioso fim. Escreveu ao governador e capitão-geral D. João de Lencastro, dando-lhe conta de sua determinação, e pedindo-lhe ordenasse ao paulista Domingos Jorge, mestre-de-campo dos Paulistas (assim chamam comumente aos filhos da região de S. Paulo) que com o seu terço, que residia no sertão da Bahia, marchasse para o Porto do Calvo, onde se havia de juntar o exército da gente que determinava enviar de Olinda e do Recife, e das ordenanças das vilas mais prejudicadas e menos distantes dos Palmares. D. João de Lencastro, a quem só agradavam os impulsos grandes, lhe aprovou este, e ordenou ao mestre-de-campo Domingos Jorge que com maior brevidade caminhasse para aquela empresa ao Porto do Calvo, o que executou com muita presteza, marchando com seus índios, capitães e oficiais para aquela vila.

38. Estão os Palmares em altura de nove graus do norte, no terrestre continente das vilas do Porto do Calvo e das Alagoas em quase igual distância de ambas, porém mais próximos à primeira. O nome tiveram depois que os negros os possuíram, pelas muitas palmeiras que lhes plantaram. Compreendia mais de uma légua em circuito a sua povoação, cuja muralha era uma estacada de duas ordens de paus altos, lavrados em quatro faces, dos mais rijos, incorruptíveis e grossos que há naqueles grandes matos, abundantíssimos de portentosos troncos. Tinha a circunvalação três portas da mesma fortíssima madeira, com suas plataformas em cima, todas em iguais distâncias, e cada uma guardada por um dos seus capitães de maior suposição, e mais de duzentos soldados no tempo de paz, porém nesta guerra guarnecidas todas do maior poder das suas forças.

39. Por várias partes daquela circunferência havia baluartes da própria fábrica e fortaleza. O paço do seu Zombi era toscamente suntuoso na forma e na extensão; as casas dos particulares ao seu modo magníficas, e recolhiam mais de vinte mil almas de ambos os sexos, as dez mil de homens capazes de tomar armas. As que jogavam eram de todos os gêneros, assim de fogo como espadas, alfanjes, frechas, dardos e outras arrojadiças. Havia dentro na sua povoação uma eminência elevadíssima que lhes servia de atalaia, e depois lhes foi voluntário precipício; dela registavam com longa vista por dilatados horizontes muita parte das vilas e lugares de Pernambuco. Tinham uma lagoa que lhes dava copioso peixe, muitos ribeiros e poços, a que chamam cacimbas, de que tiravam regaladas águas. Fora tinham grandes culturas de pomares e lavouras, e para as guardar fizeram outras pequenas povoações, chamadas mocambos, em que assistiam os seus mais fiéis e veteranos soldados.

40. Chegou o nosso exército, e caminhando a desfrutar aquelas quintas ou fazendas, as achou já sem frutos nem legumes, porque os inimigos com militar discurso colheram todos os que estavam sazoados, prevenindo-se para o cerco, e destruíram os que no curso dele podiam amadurecer e servir à nossa gente; e abandonando os mocambos, se recolheram dentro da circunvalação da sua muralha, unindo nela todo o seu poder, com esperanças firmes de triunfar do nosso.

(Os tópicos 41 a 45 descrevem a luta para a destruição de Palmares)

46. Entraram juntos, encontrando alguma resistência nos negros, inferior à que presumiram; porque o seu príncipe Zombi com os mais esforçados guerreiros e leais súditos, querendo obviar o ficarem cativos da nossa gente, e desprezando o morrerem ao nosso ferro, subiram à sua grande eminência e voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perdê-la aos nossos golpes.

(Excertos do livro oitavo da **História da América Portuguesa**, págs. 214-219. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1976)

RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

241. RECORDAÇÃO POÇOS-CALDENSE

Afirmei de certa feita que se tivesse de caracterizar com uma só frase a personalidade do eminente jurista mineiro, Dr. Cornélio Hovelacque, que viveu quase toda a sua longa existência em Poços de Caldas, prestando inestimáveis serviços à bela estância, diria simplesmente isto: "Deu a um filho o nome de Leibnitz..." Isto para mim diz tudo. E mais que o nome, transmitiu-lhe os traços significativos de sua individualidade, especialmente o profundo interesse pelas coisas de cultura. Leibnitz substituiu o pai não só nas lides forenses, como na direção da "Vida Social", a famosa livraria outrora existente na rua Bahia, denominada posteriormente "Prefeito Chagas", livraria de muita significação na vida da cidade.

Dizia-me há pouco Antônio Cândido, o grande mestre da literatura e da crítica literária e que viveu muitos anos em Poços, que talvez não houvesse cidade de interior no Brasil com uma livraria tão rica como a "Vida Social", da bela estância mineira. Encontrava-se em suas estantes o que havia de melhor em matéria de literatura, inclusive obras importadas, de valiosas coleções francesas, italianas, inglesas e até alemãs, muitas delas naquelas ricas encadernações que marcavam a excelência de tais edições. Explica-se: Poços de Caldas, na época, era freqüentada por uma verdadeira elite de intelectuais que se compraziam em cavaquear por horas a fio junto

às estantes da velha livraria. Sem contar que mais de um escritor de renome tomou a cidade como ambiente de seu livro. Sirva de exemplo a *Correspondência de uma estação de cura*, de João do Rio (Paulo Barreto), que está para ser reeditada, com excelente introdução, aliás já divulgada, do mesmo Antônio Cândido há pouco citado.

Com o tempo, a situação modificou-se, infelizmente para pior, mas a livraria dos Hovelacques manteve-se ainda por muito tempo, nos últimos anos num misto de livros e “souvenirs”, que é o que mais interessa ao turista de hoje.

As visitas que, pelo menos uma vez por ano, costumo fazer à bela cidade valem por verdadeiro “programa da saudade”. Vivi em Poços alguns anos de minha adolescência (isto há mais de 60 anos...), acompanhei o desenvolvimento da cidade e sempre tive em Leibnitz Hovelacque um excelente ponto de apoio no meu relacionamento com a bela estância. Não compreendia uma ida a Poços sem a oportunidade de com ele “cavaquear”, a princípio em sua livraria e, depois do desativamento desta, em sua acolhedora casa, no recesso de sua rica biblioteca, para onde levou praticamente o que restou da loja. E a crônica da cidade sempre foi o tema principal dos nossos “papos”.

Infelizmente, da última vez, já não encontrei o bom amigo, falecido apenas um mês antes, depois de tenaz enfermidade. E o não encontrá-lo implicou num incrível vazio nas minhas tardes poços-caldenses. Ainda bem que o mestre Jurandir Ferreira continua firme, em seus quase noventa janeiros, sempre a desempenhar o papel de meu “professor de Poços de Caldas”. Aí nasceu e aí sempre vivendo, conhecendo sua história como ninguém. História que retratou em crônicas admiráveis (algumas das quais teve a gentileza de me dar a ler nos originais), que, segundo estou informado, serão brevemente editadas pela “Casa de Cultura”, esplêndida realização que vem de ser criada na cidade sob o patrocínio da Fundação Moreira Sales. (*) Leibnitz e Jurandir entram na categoria tão bem caracterizada por Tocqueville quando falava dos “homens archives”, sem os quais é impossível escrever a história de qualquer cidade. 18-1-1992.

*

(*) Pouco depois de publicado este artigo foram, de fato, editadas as crônicas de Jurandir Ferreira (Da quieta substância dos dias), bem como reeditada a *Correspondência de uma estação de cura*, ambas por iniciativa da Casa de Cultura de Poços de Caldas (Instituto Moreira Sales).

242. HOLANDÊS QUE DEIXOU SAUDADES

Quando se escrever sobre o ensino da História em nosso País, particularmente em São Paulo, menção especial merecerá sem dúvida o professor holandês José van den Besselaar, que por muitos anos viveu entre nós, com assinalada folha de serviços no campo dos estudos históricos e filológicos. Retirando-se para a Holanda, veio a falecer em meados do ano passado, deixando saudade em todos os que o conheceram. Fomos companheiros de trabalho por muitos anos na antiga Faculdade de Filosofia de São Bento (incorporada posteriormente à PUC de São Paulo), participamos de numerosas reuniões culturais em diversos lugares do Brasil e colaboramos em alguns projetos no vasto campo da Introdução ou Iniciação aos Estudos Históricos. Como bom holandês, era Besselaar dotado de excelente cultura humanística, o que lhe permitia dominar as línguas clássicas e diversas das modernas, a começar pelo português, que falava e escrevia com invejável correção. Basta dizer que os livros e artigos que publicou em nosso País foram todos escritos diretamente em português, sem necessidade de que alguém os revisse.

Notando a falta, para seus alunos, de um manual que os introduzisse na seara da História, preparou Besselaar livro realmente pioneiro neste campo de estudos, acolhido primeiramente nas páginas da "Revista de História", e tirado posteriormente, devidamente revisado, em edição comercial, ainda encontrável no mercado. Além desta obra, deixou Besselaar *As interpretações da História através dos séculos*, obra única na bibliografia histórica brasileira, e que bem está a merecer uma edição comercial, pois foi publicada apenas em edição particular na coleção da já citada "Revista de História". esplêndida realização do saudoso Professor Eurípedes Simões de Paula.

A última vez em que nos encontramos, retornado já à Holanda, mas vindo ao Brasil especialmente para esta finalidade, foi num encontro sobre Introdução aos Estudos Históricos, promovido pelo Professor José Pedro Esposel na encantadora cidade fluminense de Nova Friburgo, onde, em agradável semana de julho de 1968, se reuniram alguns dos expoentes dessa especialidade no Brasil: José Honório Rodrigues (Rio de Janeiro), José Pedro Esposel (Niterói), Almir de Oliveira (Juiz de Fora), Daniel do Vale (Belo Horizonte), Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana (Curitiba), Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci (Campinas), Maria da Conceição Martins Ribeiro (Rio Claro), entre outros.

Ausente do Brasil, continuou em contato com seus muitos amigos brasileiros e com as entidades culturais de que participou ativamente

nos anos de sua residência em São Paulo, notadamente a Sociedade de Estudos Filológicos e a Associação Nacional de Professores Universitários de História, da qual foi um dos fundadores. Na universidade de sua cidade, Nimegen, lecionava literatura portuguesa e brasileira. Significativamente, a participação de seus funerais veio redigida em holandês e em português. Nenhum jornal de nossa terra dedicou uma linha sequer ao seu falecimento. Talvez esta nota da prestigiosa folha ituana seja, embora tardiamente, a única homenagem ao grande mestres. (*) 8-2-1992.

243. "BRASILIANA", Nº 200

Quando a preciosa coleção "Brasiliana" alcançou o nº 200 de suas publicações - isto em 1941 - a Companhia Editora Nacional houve por bem escolher para marcar a ocorrência a grande obra de Charles Frederick Hartt, *Geologia e geografia Física do Brasil*, publicada originalmente em Boston, em 1870, e que pela primeira vez seria traduzida para a nossa língua, mais de setenta anos depois da edição norte-americana. Incumbiram-se da tradução Edgard Sússekind de Mendonça e Elias Dolianitti, trazendo o volume prefácio de Roquette Pinto.

Charles Frederick Hartt (1840-1878) esteve quatro vezes no Brasil. A primeira, em 1867, quando, em companhia de Agassiz, integrou a "Thayer Expedition", e a última, quase vinte anos depois, tendo desta vez a companhia de Orville Derby, que se radicou no Brasil prestando assinalados serviços à ciência em nosso País. A convite do governo imperial, Hartt organizou o Serviço Geológico do Império, órgão que, passando pelas naturais transformações decorrentes de seu próprio desenvolvimento, ainda existe, tendo prestado, em sua mais que centenária existência, a mais marcante contribuição à ciência geológica e mineralógica. Pouco tempo Hartt ficou à frente do organismo que criou, pois faleceu em 1878, no Rio de Janeiro.

Em seus contatos com o Brasil, Hartt fez explorações geológicas nos arredores do Rio de Janeiro, na costa leste e na Amazônia, deixando um número considerável de publicações científicas do mais alto valor. Além de seus trabalhos especializados, monografias de grande interesse para a geologia e a mineralogia (e algumas também para a etnologia e a lingüística), deixou um livro mais geral, a *Geology and Physical Geography of Brazil*, alentado volume de mais de 600 páginas com mapas e ilustrações, obra que

(*) Posteriormente vim a tomar conhecimento de excelente artigo do Professor Almir de Oliveira em jornal de Juiz de Fora, pouco após o falecimento de Besselaar.

Capistrano de Abreu, com toda a propriedade, considerou o primeiro livro científico sobre a geografia do Brasil.

Para a edição brasileira, que veio a constituir o volume nº 200 da "Brasiliiana", Roquette Pinto escreveu expressivo prefácio, do qual vale destacar o seguinte trecho: "O encanto que têm os trabalhos de Hartt, vem ao que penso, dos acentuados traços artísticos de sua personalidade. Era emérito observador, incansável e atento; mas possuía alma de apurada sensibilidade. Hartt era mestre do desenho a bico-de-pena e pianista de seguros dotes. Este livro está muito longe de ser um apanhado enxuto e áspero da geologia do Brasil. Ao contrário. Nele palpita a vida de nosso povo: usos, costumes, notas históricas, anedotas, traços de informações locais e cores bem típicas de todo o panorama do Brasil de 1870. O naturalista, felizmente, deixou discípulos. Entregou a sua escola a Orville Derby e a Gonzaga de Campos. Ela floresceu como devia, por ser de boa semente".

Publicado, como se indicou, em 1870, o grande livro de Hartt levou setenta anos para ser traduzido para a língua do país de que ele trata. E esta tradução data já de meio século. Nunca foi reeditada. Está hoje na categoria dos livros raros, altamente cotado pelos alfarrabistas. Daqui a pouco será tão raro quanto a edição original. 15-2-1992.

*

244. ALMIR DE ANDRADE

Em última das últimas reuniões da Academia Paulista de Letras, no ano passado, o acadêmico Miguel Reale comunicou à casa a triste notícia do falecimento, no Rio de Janeiro, onde sempre viveu, do professor Almir de Andrade, uma das mais vigorosas expressões do pensamento brasileiro, na opinião do ilustre acadêmico. E em palavras repassadas de emoção, lembrou Reale a contribuição de Almir de Andrade para a cultura brasileira, atendo-se naturalmente à sua produção filosófica, das mais profundas já surgidas entre nós. Nada a acrescentar às palavras de mestre Reale. Apenas julguei oportuno complementá-las lembrando a contribuição de Almir de Andrade para os estudos históricos no Brasil, ressaltando especialmente seu grande livro *Os primeiros estudos sociais no Brasil*, publicado em 1941 na preciosa coleção "Documentos Brasileiros", da Editora José Olympio, do Rio de Janeiro, e infelizmente nunca reeditado.

Trata-se, com efeito, de um dos mais sérios estudos já realizados sobre as fontes de nossa história. Nele, o autor passa em revista e analisa com proficiência praticamente tudo quanto se publicou sobre nosso País nos séculos XVI, XVII e XVIII. Foi anunciado um segundo volume, que abrangeria os séculos XIX e XX, mas infelizmente não chegou a ser publicado, por ter o autor desviado seus interesses para outras áreas do conhecimento. Completada a obra, pretendia o autor que ela contivesse elementos para o estudo da "Formação da Sociologia Brasileira", título geral que foi dado ao livro, figurando "Os primeiros estudos sociais" como subtítulo. Truncada, assim, a obra, ficamos nós, interessados no conhecimento da história brasileira, privados da análise e crítica referentes aos séculos XIX e XX, que seria talvez, pelo menos quanto ao século passado, do mais alto interesse, pois nele entrariam os grandes viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil.

Publicado, como se disse, em 1941, conta o livro já com mais de meio século e não tendo sido reeditado, tornou-se obra bastante rara, cotada por alto preço quando aparece em algum alfarrabista. É uma pena, por exemplo, que a riquíssima relação das fontes indicadas com toda a precisão pelo autor não tenha sido atualizada nas suas referências bibliográficas, para que se conheça o que se publicou no Brasil após 1941. Alguns casos, apenas, que me parecem significativos: quando do aparecimento do livro, a clássica obra de Rocha Pita sobre a "América Portuguesa" só era encontrável em edições do século passado, já raríssimas; no entanto, dispomos hoje de pelo menos quatro ou cinco novas edições do famoso livro. Outro: o indispensável Antonil (*Cultura e Opulência do Brasil*), na época só era encontrável na edição Taunay, de 1921, ao passo que dispomos hoje de meia dúzia de novas edições, algumas bem melhores que as de Taunay. E outros exemplos poderiam ser mencionados.

O livro de Almir abrange todos os que deram notícias do Brasil desde as cartas de Vespuccio, do início do século XVI, até a obra naturalística de Alexandre Rodrigues Ferreira, de fins do XVIII. Entre eles, viajantes, missionários, cronistas, militares, exploradores, etc.. Se alguém se dispusesse à tarefa de atualizar as referências bibliográficas de todo esse elenco de fontes, prestaria assinalado serviço à cultura histórica do Brasil. 22-2-1992.

*

245. HONROSA DESPEDIDA

Uma das mais belas folhas de serviço à imprensa paulista é a que nos apresenta Hélio Damante, que vem de se despedir da "ativa" após mais

de meio século, contado de 9 de abril de 1940, quando passou a redigir a seção religiosa de “O Estado de S. Paulo”, convidado pelo conhecido JR (Júlio Rodrigues), que desde muito mantinha a importante seção do grande jornal paulistano. Segundo informa o próprio Hélio Damante, fora o período de “ocupação” do jornal, trabalhou com três gerações da família Mesquita. E aos 72 anos, permanecia como remanescente de uma geração de professores normalistas, quase todos procedentes do interior e que teve destacada atuação na vida do jornal.

Posteriormente, ao lado da seção religiosa, assinada sempre por HD (substituindo ao JR de outros tempos), teve a seu cargo a seção do interior, bastante conceituada em certa época. Espírito aberto, do ponto de vista religioso, HD soube dar à sua seção um caráter quase ecumênico, o que a tornava lida e apreciada mesmo por aqueles que não fossem católicos.

Mas, em Hélio Damante não se deve ver apenas o homem de jornal, embora fosse este o traço predominante de sua personalidade. Deve ele ser visto também como folclorista e historiador, áreas sobre as quais muito escreveu em jornais, revistas especializadas e livros. Honro-me de o ter como confrade em duas Academias (a Paulista de História e a Paulista de Jornalismo) e ainda no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e há muito acompanho seus trabalhos de investigação histórica. Nesse setor, além de *Nova Paulística*, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado (e cujo título evoca iniludivelmente o clássico livro de Paulo Prado), cuidou da reedição de obras importantes publicadas igualmente pela mesma entidade oficial, como a tradução da *Esquisse d’Histoire du Brésil*, do Barão do Rio Branco e as memórias do ituano Adolfo Pinto. A estas, acrescentou Hélio Damante, além do prefácio, mais de uma centena de notas de pé-de-página, que esclarecem sobremaneira o texto, identificando nomes, lugares e acontecimentos ali referidos.

Em *Nova Paulística*, o autor apresenta uma coletânea de ensaios que constituem interessante painel da história de São Paulo, e que se inicia com uma introdução que vale por uma das melhores sínteses da história paulista. Seguem-se capítulos sobre povoamento, fundação de cidades, imigração italiana, o progresso material e cultural e a evolução das idéias.

No campo do folclore (onde teve a quem sair, pois seu pai, Professor Francisco Damante, foi um dos pioneiros dos estudos folclóricos paulistas), sua atuação foi destacada, integrando comissões especializadas e publicando numerosos trabalhos, inclusive sobre a cultura caipira. Dentre seus estudos nesta seara cumpre destacar o volume relativo a São Paulo de uma coleção intitulada “Folclore Brasileiro”.

Hélio Damante é autor, ainda, de uma monografia histórica sobre a Catedral de São Paulo, incluída no volume *Ensaio Paulistas*, publicado pelo "O Estado" no ano do quarto centenário da capital paulista. E por falar em quarto centenário, convém lembrar que Hélio Damante foi um dos mais eficientes colaboradores do historiador português Jaime Cortesão na organização da belíssima "Exposição de História de São Paulo", que foi o ponto alto, culturalmente falando, das comemorações de 1954.

Aos seus amigos Hélio Damante fez distribuir uma despedida (honrosa despedida!) que vale por verdadeira "fé de ofício", enumerando sua multifacetada atividade, inclusive como professor da Escola de Jornalismo, vereador à edilidade paulistana e assessor da ilustres homens públicos. 7-3-1992.

246. "ENCORE UN LIVRE SUR LE BRÉSIL!"

Mais um livro sobre o Brasil! Esta frase, colocada no início de um livro poderá predispor o leitor a duas atitudes bem diversas, resultantes ambas da natureza e do conteúdo da obra que ele pretenda ler. Tanto poderá ser tomada no sentido de uma intolerável mas freqüente redundância, ou, ao contrário, poderá augurar o encontro de algo novo ou, senão novo, pelo menos pouco cuidado, especialmente partindo, como é o caso, de um autor estrangeiro que, nas suas andanças, passou pelo Brasil. Com satisfação, posso afirmar que deve ser esta a atitude de quem se dispuser a ler as *Visions du Brésil*, de L. A. Gaffre, publicado por Aillaud (Paris/Rio de Janeiro) em 1912.

O autor ocultou seus prenomes sob iniciais, que se traduzem por Louis Albert. Da mesma forma, calou sua qualidade de padre dominicano. Se, para o nome completo, precisa-se apelar para os catálogos bibliográficos ou enciclopédias (e poucas o mencionam), já para a sua identificação intelectual e profissional basta ler as primeiras páginas do livro. O sacerdote está presente em todo ele, embora sem necessidade de uma declaração explícita. Por que esta atitude? Prudência? Precaução? Nada, a nosso ver, a justifica.

O interessante é que a visita do ilustre sacerdote coincidiu com uma época significativa na história do catolicismo no Brasil. A Igreja nunca se conformou com a laicização imposta pela República. O mesmo aconteceu na terra do autor. Se lá houve terrível animosidade contra a Igreja - e certamente o Padre Gaffre sentiu em sua formação os efeitos desta - o mesmo já não se poderá dizer do Brasil. E Gaffre aproveita para dar em sua "visão

do Brasil” um excelente balanço de como se encontravam as ordens e congregações religiosas no país (muitas delas francesas...) e especialmente sua contribuição ao setor educacional.

O dominicano francês adquiriu fama de grande orador, solicitado freqüentemente para pregar em grandes igrejas não só de seu país, mas também da Espanha (onde viveu muito tempo) e de outros lugares por onde andou. Não sei se no Brasil chegou a pregar em alguma igreja. Pelo menos ele não o menciona.

Nascido em 1864, faleceu com apenas 50 anos, em 1914. Deixou muitos livros de interesse religioso e literário, inclusive o libreto de uma ópera, “David”, posta em música por um certo Dietrich (seria Albert Dietrich, que viveu entre 1829 e 1908?). Dedicou-se também à escultura, deixando, como obra prima, “Joana d’Arc na fogueira”. Com tudo isto, tornou-se esquecido em seu próprio país. Nenhuma enciclopédia francesa o menciona. Apenas na grandiosa “Espasa-Calpe” encontrei estes poucos dados que estou mencionando. O que mais surpreende é que o Professor Georges Raeders, em seu precioso catálogo de livros franceses sobre o Brasil, publicado em 1960, ainda o dá como vivo, quando fazia já mais de meio século que havia falecido.

Em seu livro (que bem mereceria uma tradução) uma página toca particularmente aos leitores de Campinas. Ao visitar esta cidade, teve oportunidade de encontrar-se com Rui Barbosa, que aí se encontrava em visita a seus parentes na Fazenda Rio das Pedras. Desde que chegou ao Brasil, procurou Gaffre uma oportunidade de encontrar-se com Rui. Houve numerosos desencontros. E a ocasião esperada surgiu em Campinas. Vale a pena ler o depoimento do sacerdote francês sobre o grande brasileiro. 21-3-1992.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
 - Colégio de Aplicação “Pio XII”
 - Colégio Comercial da Academia “São Luís”
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

